

# *AINDA SOBRE O INTERESSE DAS GERAÇÕES FUTURAS: O PROBLEMA DAS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS À LUZ DA REVISÃO DO ART. 9º DA CONSTITUIÇÃO ITALIANA<sup>1</sup>*

*STILL ABOUT THE INTEREST OF FUTURE GENERATIONS: THE PROBLEM OF  
INTERGENERATIONAL RELATIONS IN THE LIGHT OF THE REVISION OF  
ART. 9 OF THE ITALIAN CONSTITUTION*

*SOBRE EL INTERÉS DE LAS GENERACIONES FUTURAS. EL PROBLEMA DE LAS  
RELACIONES INTERGENERACIONALES A LA LUZ DE LA REVISIÓN DEL ART. 9  
DE LA CONSTITUCIÓN ITALIANA*

## **Licença CC BY:**

Artigo distribuído sob os termos Creative Commons, permite uso e distribuição irrestrita em qualquer meio desde que o autor credite a fonte



**Daniele Porena<sup>2</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-0123-5111>

Recebido em: 03/07/2022

Aprovado em: 16/10/2022

## **RESUMO**

**Contextualização:** A revisão realizada com a lei constitucional n. 1/2022 introduziu no art. 9º da Constituição o princípio segundo o qual a República protege o meio ambiente, a biodiversidade e os ecossistemas, também no interesse das gerações futuras.

**Objetivo:** O objetivo desta contribuição é analisar o significado assumido pela dimensão intergeracional no tecido constitucional: isto é, em particular, na perspectiva dos direitos fundamentais e das *chances* de vida que a nova norma constitucional parece garantir também em favor das gerações futuras.

**Metodologia:** A metodologia adotada foi a indutiva, valendo-se da revisão bibliográfica e legal.

**Resultados:** A responsabilidade de cada geração para com a outra, para além da garantia dos direitos fundamentais, não parece poder ir além do compromisso de que à próxima geração serão garantidas *oportunidades* de vida não inferiores às usufruídas pela anterior. Caberá então a cada geração decidir se, e como aproveitar as oportunidades deixadas em aberto por aqueles que a precederam. Aqui, então, está outra possível "regra

<sup>1</sup> Este artigo foi publicado em língua italiana na seguinte revista: *Federalismi.it*, n. 15/2022. Disponível em: <https://federalismi.it/nv14/articolo-documento.cfm?Artid=47290>. Acesso em 30.jun.2022.

<sup>2</sup> Professor associado de Instituições de Direito Público junto à Università degli Studi di Perugia – UNIPG. Email: [daniele.porena@unipg.it](mailto:daniele.porena@unipg.it)

de ouro" das relações intergeracionais: não a paridade de direitos (com exceção, como mencionado, dos direitos fundamentais), mas uma igualdade nas *oportunidades* de cultivar e realizar o próprio *ideal de direito*.

**Palavras-chave:** ambiente; gerações futuras; direitos fundamentais; sustentabilidade; princípios fundamentais.

## ABSTRACT

**Contextualization:** The revision made by constitutional law n. 1/2022 introduced in art. 9 of the Constitution the principle according to which the Republic protects the environment, biodiversity and ecosystems, also in the interest of future generations.

**Objectives:** The purpose of this essay is to analyze the significance assumed by the intergenerational dimension in the Constitutional Charter: this, in particular, in the perspective of fundamental rights and life chances that the new constitutional norm seems to guarantee also in favor of future generations.

**Methodology:** The adopted methodology was the inductive, making use of the bibliographical and legal review.

**Results:** The responsibility of each generation towards the other, in addition to guaranteeing fundamental rights, does not seem to go beyond the commitment that the next generation will be guaranteed life opportunities not inferior to those enjoyed by the previous one. It will then be up to each generation to decide whether and how to take advantage of the opportunities left open by those who preceded it. Here, then, is another possible "golden rule" of intergenerational relations: not parity of rights (with the exception, as mentioned, of fundamental rights), but an equality of opportunity to cultivate and realize the very ideal of law.

**Keywords:** environment; future generations; fundamental rights; sustainability; fundamental principles.

## RESUMEN

**Contextualización:** La revisión realizada con la ley constitucional n. 1/2022 introducido en el art. 9 de la Constitución el principio según el cual la República protege el medio ambiente, la biodiversidad y los ecosistemas, también en interés de las generaciones futuras.

**Objetivo:** El objetivo de esta contribución es analizar el sentido que asume la dimensión intergeneracional en el tejido constitucional: es decir, en particular, en la perspectiva de los derechos fundamentales y de las oportunidades de vida que la nueva norma constitucional parece garantizar también en favor de los futuros generaciones

**Metodología:** La metodología adoptada fue la inductiva, haciendo uso de la revisión bibliográfica y legal.

**Resultados:** La responsabilidad de cada generación hacia la otra, además de garantizar los derechos fundamentales, no parece ir más allá del compromiso de que a la siguiente generación se le garanticen oportunidades de vida no menores a las que disfrutó la anterior. Corresponderá entonces a cada generación decidir si y cómo aprovechar las

oportunidades dejadas abiertas por quienes la precedieron. Aquí, entonces, hay otra posible "regla de oro" de las relaciones intergeneracionales: no la paridad de derechos (con la excepción, como se mencionó, de los derechos fundamentales), sino una igualdad de oportunidades para cultivar y realizar el ideal del derecho.

## **INTRODUÇÃO**

A proteção jurídica das gerações futuras e, mais particularmente, o reconhecimento de posições jurídicas reais a favor destas últimas, é um tema que há algumas décadas questiona a literatura jurídica, especialmente o direito constitucional e filosófico, e que introduz elementos dogmáticos e de fundamentação teórica de considerável criticidade.

Já há algum tempo, o debate doutrinário parece, em certa medida, orientado para introduzir a questão dos direitos das gerações futuras no contexto de uma reconstrução teórica que os veria catalogados no quadro de uma "quarta geração" de direitos fundamentais.

Em tempos mais recentes, a rápida emergência e afirmação do princípio da sustentabilidade - tanto por parte do direito internacional quanto do sistema interno - parece ter fornecido ao tema jurídico das gerações futuras, antes ainda muito evanescentes, uma visão mais confiável declinação.

O princípio acima mencionado - na sua clara projeção intergeracional - parece, de fato, ter introduzido um 'preceito de otimização' (para usar as categorias de Robert Alexy) capaz de fornecer uma razão sólida para as regras que regem o uso e consumo não somente dos recursos naturais.

E assim, os interesses das gerações futuras, inicialmente como uma categoria pálida e indefinida do pensamento jurídico-filosófico, começaram a encontrar elementos de ancoragem mais robusta aos conceitos de direito positivo.

A "liberação" das gerações futuras pelo princípio da sustentabilidade parece ter afastado, mais recentemente, os constrangimentos e as incertezas teóricas que no passado assolaram a abordagem dos ordenamentos jurídicos no que diz respeito a uma conceituação e canonização mais completa dos interesses a eles atribuíveis.

Um exemplo disso parece ser encontrado também na recente revisão do art. 9º da Constituição italiana onde a proteção do meio ambiente, da biosfera e dos ecossistemas passa a ser também funcionalizada ao "interesse das gerações futuras".

O não pequeno passo dado pelo legislador constitucional italiano certamente ainda requer reflexões meditadas sobre seu alcance concreto.

De qualquer forma, a recente revisão da Constituição italiana representa a ocasião para uma nova investigação - que se baseia nas páginas seguintes - sobre questões críticas, perspectivas e aspirações chamadas a orientar o debate jurídico sobre as gerações futuras.

### **1. A REVISÃO DO ART. 9º DA CONSTITUIÇÃO: BREVES CONSIDERAÇÕES**

Após mais de trinta e cinco anos de gestação - caracterizada por uma longa e



meditada jurisprudência constitucional<sup>3</sup>, por um intenso debate científico<sup>4</sup> e por repetidas tentativas de revisão constitucional<sup>5</sup> - a delicada questão da proteção constitucional do meio ambiente parece ter encontrado um terreno definitivo graças à revisão dos artigos 9º e 41 da Constituição implementada com a lei constitucional n. 1 de 2022<sup>6</sup>.

Em particular, a alteração "aditiva" introduzida no art. 9 - onde agora lemos que a República protege também "o ambiente, a biodiversidade e os ecossistemas, também no interesse das gerações futuras" - parece responder à necessidade de abarcar um perímetro conceptual muito amplo que, como se sabe, envolve perspectivas e percepções que, embora tenham o mesmo valor, mantêm distinções relevantes entre si.

E, de fato, segundo reconstruções que já se tornaram tradicionais, a palavra 'meio ambiente' - conforme origem etimológica da expressão<sup>7</sup> - tende a trazer de volta uma projeção tendencialmente antropocêntrica de valores naturalistas enquanto a palavra 'ecossistemas' por outro lado, parece realçar opostas orientações ecocêntricas<sup>8</sup>.

<sup>3</sup> O reconhecimento do ambiente como valor constitucional fundamental foi fruto de um longo e complexo percurso jurisprudencial iniciado pela Corte Constitucional a partir da segunda metade dos anos 80. Recordar-se, *ex multis*, Corte cost., sent. n. 167/1987, in *Giur. cost.*, 1987, p. 1212 ss.; Corte cost., sent. n. 210/1987, in *Riv. giur. amb.*, 1987, p. 334 ss.; Corte cost., sent. n. 641/1987, in *Riv. giur. amb.*, 1988, p. 93 ss.; Corte cost., sent. n. 324/1989, in *Le regioni*, 1989, p. 1420 ss.; Corte cost., sent. n. 437/1991, in *Le Regioni*, 1992, p. 1272 ss.; Corte cost., sent. n. 54/1994, in *Giur. cost.*, 1994, p. 326 ss. Depois da revisão do Título V da Constituição, a orientação da Corte foi posteriormente confirmada: dentre outras, conforme Corte cost., sent. n. 407/2002, in *Foro it.*, 2003, pt. 1, c. 688 ss.

<sup>4</sup> Entre as várias contribuições, recorda-se CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. Dieci mosse per il governo dell'Ambiente. in *Riv. Giur. Ambiente*. 1996, p. 414; CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. **Audizione sulla riforma dell'art. 9 della Costituzione. Federalismi.it**. 2003; B. CARAVITA DI TORITTO, Beniamino; CASSETTI, Luisa, MARRONE, A. **Diritto dell'ambiente**. Bologna, 2005.; CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. **Diritto dell'ambiente**. Bologna, 2016.; CECCHETTI, Marcello. La disciplina giuridica della tutela ambientale come «diritto dell'ambiente», *Federalismi.it*, n. 25, 2006. CECCHETTI, Marcello. Osservazioni e ipotesi per un intervento di revisione dell'art. 9 della Costituzione avente ad oggetto l'introduzione di una disciplina essenziale della tutela dell'ambiente tra i principi fondamentali dell'ordinamento costituzionale. **Diritto Pubblico Europeo - Rassegna online**, v. 13, n. 1, 23 fev. 2020; S. GRASSI, Stefano. Ambiente e Costituzione. *Riv. Quad. Dir. Ambiente*, n. 3, p. 29, 2017.; P. MANTINI, P. Per una nozione costituzionalmente rilevante di ambiente. *Riv. giur. amb.* N. 2, p. 215, 2006. Convém também mencionar PORENA, Daniele. **La protezione dell'Ambiente tra Costituzione italiana e «Costituzione globale»**. Torino, 2009.

<sup>5</sup> Numerosas propostas de revisão sobre a inserção do "ambiente" na Constituição foram examinadas ainda no curso das XIV Legislatura: entre estas, se recorda a proposta de lei A.C. n. 4429 (Mascia ed altri), A.C. n. 4423 (Cima ed altri), A.C. n. 4307 (Specchia ed altri), A.C. n. 4181 (Calzolaio), A.C. n. 3809 (Milanese ed altri), A.C. n. 3666 (Colucci ed altri), A.C. n. 3591 (Schmidt ed altri), A.C. n. 2949 (Lion ed altri), A.C. n. 705 (Rocchi). No curso da Legislatura sucessiva foram apresentadas as propostas de lei A. C. n. 47 (Boato) e A. C. n. 101 (Mussi). Na XVI Legislatura foram examinados o projeto de lei A. S. n. 23 (Peterlini e Pinzger) e a proposta de lei A. C. n. 228 (Russo). Por fim, a XVII Legislatura se ocupou da proposta de lei A.C. 306 (Brambilla) e dos projetos de lei A. S. n. 1975 (Caleo ed altri), A. S. n. 2951 (Del Barba ed altri) e A. S. n. 1873 (De Peteris).

<sup>6</sup> Também a revisão recentemente aprovada pelo Parlamento foi acompanhada de um intenso debate doutrinário. Além das contribuições abordadas neste artigo, convém recordar os comentários publicados em *Federalismi.it*, n. 16/2021 logo após a aprovação da primeira deliberação da revisão em comento: CASSETTI, Luisa. Salute e ambiente come limiti "prioritari" alla libertà di iniziativa economica? *Federalismi.it*, n. 16, 2021.; G. PLINIO, Giampiero Di. L'insostenibile evanescenza della costituzionalizzazione dell'ambiente. *Federalismi.it*, n. 16, p. 2-8, 2021. FROSINI, Tommaso. E. La Costituzione in senso ambientale. Una critica. *Federalismi.it*, n. 16, 2021.

<sup>7</sup> Não custa recordar que a palavra 'ambiente' - do latim *ambiens -entis*, participio presente de *ambire* - exprime no seu significado original a ideia de estar em torno, de circundar. Desse modo, o significado do substantivo 'ambiente' é «complexo de condições externas ao organismo onde ocorre a vida vegetal e animal» e, em sentido figurado, como «complexo das condições externas materiais, sociais e culturais no âmbito das quais se desenvolve, vive e opera um ser humano» («Ambiente» (voce), *Dizionario della lingua italiana* di N. Zingarelli, XI ed., Zanichelli).

<sup>8</sup> Entre estes, se recorda a tese no âmbito do ecocentrismo radical da c.d. *deep ecology*, orientada a reconhecer valor intrínseco à natureza como um todo. A propósito, conforme cfr. A. NAES, Arne. *The Shallow And The Deep, Long-Range Ecology Movements: A Summary*, Oslo, n. 16, p. 95-100, 1973. Se recorda a observação de ROWE, S. J. *Ecocentrism: the Chord that harmonizes Humas and Earth*. *The Trumpeter*, n. 11, p. 1-4, 1994.

p. 106-107, «the ecocentric argument is grounded on the belief that compared to the undoubted importance of the human part, the whole Ecosphere is even more significant and consequential: more inclusive, more complex, more integrated, more creative, more beautiful, more mysterious, and older than time. The 'environment' that anthropocentrism misperceives as materials designed to be used exclusively by humans, to serve the needs of humanity in the profoundest sense humanity's source and support: its ingenious, inventive life-giving matrix. Ecocentrism goes beyond biocentrism with its fixation on organism, for the ecocentric view people are inseparable from the inorganic/organic nature that incapsulates them. They are particles and waves, body and spirit. In the context of Earth's ambient energy». Da mesma forma, menciona-se o texto de A. FERRARA, Antonio. *La materia ambiente nel testo di riforma del titolo V*. Milano, **I problemi del federalismo**, n. 5, p. 185-192, 2001. logo após a revisão do Título V da Constituição: graças à

Finalmente, graças à proteção conferida à 'biodiversidade', mesmo as correntes de pensamento de cunho biocêntrico<sup>9</sup> parecem ter encontrado sua cobertura sob o amplo guarda-chuva oferecido pelo novo dispositivo constitucional.

Em suma, o uso sábio e astuto das palavras, que talvez se julgue excessivamente conciliatório, mas que, sem dúvida, tem a vantagem de potencializar trajetórias muito concretas, bem como uma ampla gama de perspectivas teóricas<sup>10</sup>.

De fato, uma parte substancial e notória da literatura científica duvida da utilidade<sup>11</sup> da reforma em questão: particularmente devido ao fato de que a jurisprudência constitucional, por muito tempo, preencheu um vazio existente mesmo antes da revisão, principalmente apenas aparente.

Em outros momentos, e mesmo recentemente, surgiu a oportunidade de apoiar um

---

referência seja ao ambiente que ao ecossistema. «si evita di sbilanciarsi tra i sostenitori di una concezione antropocentrica e quelli di una concezione ecocentrica. A beneficio dei primi si continua a parlare di ambiente e, a beneficio dei secondi, vi si accosta la nozione di ecosistemi».

<sup>9</sup> Se apresenta como exemplo favorável à superação de uma concessão meramente antropocêntrica e em favor da tese biocêntrica e eocêntrica (que tendem a unir-se entre si) P. MADDALENA, Paolo. L'ambiente: riflessioni introduttive per una sua tutela giuridica. **Ambiente&sviluppo**, n. 6, 2007. p. 478, quando observa que «se l'uomo è parte della natura non si può negare che il valore dell'uomo si estende alla natura, con la conseguenza che occorre far riferimento non più al principio antropocentrico, ma al principio biocentrico o, meglio, al principio ecocentrico: ciò che ha valore è la «comunità biotica», un concetto cioè che «allarga i confini della comunità (umana), per includervi suoli, acque, piante ed animali e, in una sola parola, la Terra»; ID., *Audizione 24 ottobre 2019*, disponível em [www.senato.it](http://www.senato.it), onde é destacado, entre outros, «che la parola "ambiente" significa "biosfera". È questa una precisazione di grande importanza, poiché essa smentisce il principio "antropocentrico", proprio della cultura giuridica positivista, divenuta oggi nichilista, ed afferma senza tema di smentita il principio "biocentrico" (...). Non si tratta più del rapporto tra "soggetto" e "oggetto", ma di un rapporto tra la "parte" ed il "tutto". Tra l'uomo e la biosfera».

<sup>10</sup> No mesmo sentido, D'AMICO, Marilisa. Commissione Affari Costituzionali, Senato della Repubblica Audizione sui Disegni di legge costituzionale nn. 83 e connessi (14 novembre 2019). **Osservatorio Costituzionale**, n. 6, p. 94-109, 2019, p. 94. segundo o qual é salutar uma reforma constitucional «che si proponga di abbracciare una nozione di ambiente come valore costituzionale autonomo e non meramente antropocentrico o relazionale, avvicinando così l'Italia alle soluzioni accolte dagli altri Stati membri dell'Unione Europea (su cui si veda, infra, par. n. 6) sulla scorta di indirizzi consolidatisi in seno al diritto internazionale dei diritti umani e al diritto dell'Unione Europea». Também conforme CECCHETTI, Marcello. La revisione degli artt. 9 e 41 della Costituzione e il valore costituzionale dell'ambiente: tra rischi scongiurati, qualche virtuosità (anche) innovativa e molte lacune. **Forum Quad.cost.li**, n. 3, p. 285-314, 2021, p. 310, segundo o qual «il legislatore di revisione, lungi dal compiere una scelta drastica a favore di una impostazione marcatamente antropocentrica ha fatto semplicemente (e opportunamente) in modo di mantenere il più possibile aperta – come si conviene ai principi costituzionali – la possibilità di coesistenza di politiche parimenti fondate sia su approcci ispirati a concezioni antropocentriche sia su approcci ispirati (o contaminati) da concezioni ecocentriche». A questão também foi levantada durante as audições parlamentares que acompanharam a apreciação dos projetos de lei que se refletiram na revisão em apreço. Entre outros, lembre-se do que foi observado por G. AZZARITI (Appunto per l'audizione presso la Commissione Affari costituzionali del Senato della Repubblica del 16 gennaio 2020 – Modifica articolo 9 della Costituzione, disponível em [www.senato.it](http://www.senato.it)), segundo o qual «la collocazione di questo "dovere" di tutela tra i principi fondamentali dello stato costituzionale deve portare all'emancipazione del bene ambiente dalla dimensione esclusivamente "proprietaria" che ha sino ad ora prevalentemente avuto». Em outras palavras - mais condizente com a conceituação jurídica - trata-se de superar a visão exclusivamente "antropocêntrica", que está ligada ao uso do meio ambiente útil ao indivíduo ou à coletividade, protegido apenas se e como direito subjetivo, para conjugar essa visão com o "objetivo", ou melhor, de um ambiente pretendido como "bem comum" que parece ser (como escreveu recentemente o Tribunal Constitucional) «di primaria importanza per la vita sociale ed economica», da preservare come bene in sé, per assicurare l'ecosistema alle attuali generazioni e a quelle future». Para uma leitura diversa, sugere-se SANTINI, Giulio. Costituzione e ambiente: la riforma degli artt. 9 e 41 Cost.. **Forum di Quaderni Costituzionali**, n. 2, p. 468-587, 2021. p. 468, para o qual a referência ao ambiente «sarebbe già di per sé idoneo a significare la pluralità degli ecosistemi, a loro volta caratterizzati da un certo grado di biodiversità, dato dalla coesistenza delle varie specie, dal clima e dalla presenza di risorse naturali». Sobre diversas perspectivas jus-filosóficas e que dão força ao debate sobre a questão ambiental, conforme TALLACCHINI, Mariachiara (a cura di). **Etiche della terra**. Antologia di filosofia dell'ambiente. Milano, 1998.

<sup>11</sup> Sobre esse ponto, por exemplo, de acordo com GRASSI, Stefano. Ambiente e Costituzione. **Riv. Quad. Dir. Ambiente**, n. 3, 2017, p. 29, com efeito, seria necessário "ao nível da legislação constitucional, um esclarecimento sobre a interpretação que o nosso ordenamento jurídico é capaz de dar aos princípios que, no direito internacional e no direito comunitário, se têm afirmado para a proteção do ambiente. Em outras palavras, há necessidade não tanto de definir ou enunciar a proteção do meio ambiente, mas de identificar na prática o alcance dos princípios de ação para a proteção do meio ambiente, os únicos que são capazes de alcançar, em sua interação, para consolidar um resultado também em termos de identificação correta dos recursos e equilíbrios ambientais que precisam ser salvaguardados. Em outras palavras, teremos que ir na direção do ordenamento jurídico francês, que aprovou juntamente com o Code de l'Environment, e também a Charte Constitutionnel de l'Environment (loi constitutionnelle n. 2005-205)».

ponto de vista diferente<sup>12</sup>.

Embora certamente não seja essencial e infalível, a revisão em questão parece ser pelo menos apropriada<sup>13</sup>.

Sem resumir plenamente as razões já expressas na base dessa convicção, basta aqui observar como a consagração de um valor constitucional, muito meritoriamente reconhecido pela via jurisprudencial, teria aparecido ao menos incompleta na ausência de uma declaração expressa e textual. canonização: isto, se nada mais, para excluir que um valor fundamental possa, ao longo de décadas, conhecer etapas regressivas em correspondência com tendências em hipóteses oscilantes na mesma jurisprudência que, até hoje, também reconheceu essa classificação<sup>14</sup>.

Portanto, a revisão em questão surge como uma fase adequada de conclusão: em grande parte como o “balanço final” de um complexo processo hermenêutico iniciado há algumas décadas pelo nosso Tribunal Constitucional<sup>15</sup>.

## 2. O PROBLEMA DA REVISÃO DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

A complexa e longa trajetória percorrida pelo nosso ordenamento jurídico - desde as primeiras sentenças do Tribunal Constitucional na segunda metade da década de

<sup>12</sup> Conforme D PORENA, Daniele. Sull'opportunità di un'espressa costituzionalizzazione dell'Ambiente e dei principi che ne guidano la protezione. Osservazioni intorno alle proposte di modifica dell'articolo 9 della Carta presentate nel corso della XVIII legislatura. **Federalismi.it**, n. 14, p. 01-22, 2020.

<sup>13</sup> Esta mesma consideração, quando da precedente tentativa de reforma, foi expressa por B. CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. **Audizione sulla riforma dell'art. 9 della Costituzione**. **Federalismi.it**. 2003, segundo o qual «sulla “necessità” ritengo che un intervento costituzionale non sia ormai stringentemente necessario per assicurare tutela all'ambiente. Il punto di arrivo della giurisprudenza costituzionale, confermato dopo la modifica costituzionale n. 3 del 2001, non ammette ritorni indietro: l'ambiente come “valore” è ormai un dato acquisito, con il quale si confrontano sia la legislazione nazionale e regionale che la giurisprudenza costituzionale e ordinaria. Utile, comunque, un intervento del legislatore costituzionale lo è sicuramente. Dottrina e giurisprudenza trarranno da tale intervento nuova linfa; né è sbagliato che l'intervento parlamentare segua le elaborazioni dottrinali e giurisprudenziali: su questioni così delicate come quelle che attengono ai principi costituzionali nessun passo può essere precipitoso e dottrina e giurisprudenza concedono maggiore elasticità e flessibilità di intervento».

<sup>14</sup> Conforme CECCHETTI, Marcello. Osservazioni e ipotesi per un intervento di revisione dell'art. 9 della Costituzione avente ad oggetto l'introduzione di una disciplina essenziale della tutela dell'ambiente tra i principi fondamentali dell'ordinamento costituzionale. **Diritto Pubblico Europeo - Rassegna online**, v. 13, n. 1, 23 fev. 2020. *Audizione presso la I Commissione permanente del Senato della Repubblica “Affari costituzionali, affari della Presidenza del Consiglio e dell'Interno, ordinamento generale dello Stato e della Pubblica amministrazione*, acessível em [www.senato.it](http://www.senato.it), segundo o qual a jurisprudência da Corte constitucional contribuiu à formação de um «di un diritto costituzionale che sconta tutte le debolezze e le incertezze del diritto di formazione pretoria, ossia di un diritto inevitabilmente connotato da quei caratteri di frammentarietà, precarietà e incompletezza che discendono dalla sua origine casistica e che, proprio per questo, rendono di per sé sicuramente utile e auspicabile un intervento di normazione positiva che valga a tradurre in proposizioni normative gli approdi giurisprudenziali che possano essere ritenuti ormai consolidati, così acquisendoli definitivamente al patrimonio della Carta costituzionale». No entanto, precedentemente foi observado que «non era (e non è) sufficiente la tradizionale interpretazione costituzionale che faceva derivare una tutela di tipo oggettivo dagli articoli 2, 9 e 32 Cost.; si tratta infatti di una tutela legata prevalentemente agli aspetti della tutela della salute e di organizzazione del territorio: aspetti importanti, certo, all'interno di una disciplina di tutela dell'ambiente, ma non esaustivi, giacché la tutela dell'ambiente in numerose occasioni trascende gli aspetti della salute individuale e dell'organizzazione del territorio», assim B. CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. **Audizione sulla riforma dell'art. 9 della Costituzione**. **Federalismi.it**. 2003. A propósito, seria interessante observar a posição de BIFULCO, Roberto. Primissime riflessioni intorno alla l. cost. 1/2022 in materia di tutela dell'ambiente. **Federalismi.it**, n. 1, 2022, p. 2, segundo o qual «la tesi della superfluità della revisione costituzionale fondata sull'argomento per cui il contenuto essenziale della revisione già starebbe nella giurisprudenza costituzionale è indice di un atteggiamento troppo succube nei confronti della giurisprudenza costituzionale, che, tra l'altro, proprio in quanto ‘giurisprudenza’, sopporta dei limiti intrinseci (vincolo del caso concreto, contraddittorietà dei giudicati, ecc.).

<sup>15</sup> Conforme CECCHETTI, Marcello. Osservazioni e ipotesi per un intervento di revisione dell'art. 9 della Costituzione avente ad oggetto l'introduzione di una disciplina essenziale della tutela dell'ambiente tra i principi fondamentali dell'ordinamento costituzionale. **Diritto Pubblico Europeo - Rassegna online**, v. 13, n. 1, 23 fev. 2020. *Audizione presso la I Commissione permanente del Senato della Repubblica “Affari costituzionali, affari della Presidenza del Consiglio e dell'Interno, ordinamento generale dello Stato e della Pubblica amministrazione*, reperibile in [www.senato.it](http://www.senato.it). Ainda, conforme F. DE LEONARDIS, La riforma “bilancio” dell'art. 9 Cost. e la riforma “programma” dell'art. 41 Cost. nella legge costituzionale n. 1/2022: *suggerzioni a prima lettura*, in *Aperta Contrada.it*, 28.2.2022.



1980<sup>16</sup> até a revisão de algumas semanas atrás - parece dar solidez, em nível sistemático, a uma intervenção que, vale ressaltar, diz respeito não a qualquer norma, mas a um *princípio fundamental da Constituição*<sup>17</sup>.

Sobre esse propósito, se faz necessário e oportuno desenvolver algumas breves considerações.

Embora em sentido aditivo, a modificação de um princípio fundamental ainda é uma modificação: e a modificação "aditiva" não é, por si própria, inofensiva ou "inocente"<sup>18</sup>.

A inserção de um novo valor na "casa" dos princípios fundamentais obriga todos os outros a "ficarem mais próximos": ou seja, a emergência de um novo valor em conflito potencial com os limites dos outros, não há dúvida, as capacidades expansivas deste último<sup>19</sup>.

Para que, na ausência de uma jurisprudência constitucional - contínua, estável e convergente - que tenha esclarecido hermeneuticamente a imanência do valor ambiental no tecido constitucional<sup>20</sup>, a revisão do art. 9º da Constituição talvez fosse

<sup>16</sup> Especificamente com a sentença n. 167/1987, a Corte afirmou o princípio segundo o qual «il patrimonio paesaggistico e ambientale costituisce eminente valore cui la Costituzione ha conferito spiccato rilievo (art. 9, comma 2), imponendo alla Repubblica – a livello di tutti i soggetti che vi operano e nell'ambito delle rispettive competenze istituzionali – di perseguirne il fine precipuo di tutela». Pouco depois, com a sentença n. 210/1987, a Corte reconduziu os interesses perseguidos pela legislação ambiental ordinária a "valores que a Constituição essencialmente prevê e garante (artt. 9 e 32 Cost.). Ainda no mesmo período, com a sentença n. 641/1987, a Corte constitucional finalmente afirmou que a proteção ambiental é «imposta anzitutto da precetti costituzionali (artt. 9 e 32 Cost.), per cui esso assurge a valore primario ed assoluto» e, ainda que «l'ambiente è stato considerato un bene immateriale unitario sebbene a varie componenti, ciascuna delle quali può anche costituire, isolatamente e separatamente, oggetto di cura e di tutela; ma tutte, nell'insieme, sono riconducibili ad unità».

<sup>17</sup> A questão passou longe de ser percebida na literatura, conforme se depreende de L. CASSETTI, Luisa. Riformare l'art. 41 della Costituzione: alla ricerca di "nuovi" equilibri tra iniziativa economica privata e ambiente? **Federalismi.it** n. 4, 2022, p. 191, a qual chama atenção ao fato de que «nel quadro della strategia ora in voga delle revisioni "puntuali", la suddetta riforma merita di essere attentamente valutata in quanto incide su principi fondamentali. Come è noto, a partire dalla formalizzazione del principio nella sentenza della Corte costituzionale n.1146 del 1988, la revisione costituzionale non è un potere illimitato in quanto le leggi di revisione e le leggi costituzionali, oltre ad essere soggette al limite espresso dell'art.139 Cost., non possono violare o intaccare «l'essenza dei valori supremi sui quali si fonda la Costituzione repubblicana» (e que tais valores são atribuíveis aos princípios supremos e à garantia dos direitos inalienáveis da pessoa humana)».

<sup>18</sup> Sob uma outra perspectiva, FROSINI, Tommaso. E. La Costituzione in senso ambientale. Una critica. **Federalismi.it**, n. 16, 2021, p. 3, observa que «anche laddove si volessero modificare i principi fondamentali (*rectius*: supremi) per migliorarli, si correrebbe il rischio di creare un pericoloso precedente, che oggi potrebbe valere pure in senso positivo ma domani non potrà essere impedito in senso negativo. Come dire: se si apre alla modifica dei principi fondamentali si accetta l'idea che questi possono essere comunque cambiati. In senso migliorativo o peggiorativo lo deciderà la maggioranza parlamentare che approverà la riforma. La lotta per la costituzione, più volte evocata nei tentativi di riforma costituzionale financo della seconda parte, consiste in questo: nella difesa dei principi fondamentali, che non possono e non debbono essere negoziabili».

<sup>19</sup> Isso, especialmente no caso de, como no do meio ambiente, a um determinado valor acabar sendo atribuído a uma posição que tende a prevalecer sobre outros interesses ou valores em jogo. Sobre esse assunto, GIURICKOVIC DATO, Anna. Il bilanciamento tra principi costituzionali e la nuova dialettica tra interessi alla luce della riforma Madia. Riflessioni in margine al 'caso Ilva'. **Federalismi.it**, n. 12, p. 1-28, 2019.

<sup>20</sup> Também recentemente, o Tribunal Constitucional voltou a afirmar a natureza do meio ambiente como valor primordial para enraizar sua proteção no Estado. A este respeito, cfr. Tribunal Constitucional, enviado. n. 24/2022, onde consta que «in base all'art. 117, secondo comma, lettera s), Cost., spetta in via esclusiva allo Stato il compito di dettare una disciplina unitaria e complessiva del bene ambiente, considerato come entità organica e connesso a un interesse pubblico di valore costituzionale primario e assoluto». Cfr. anche Corte cost., sent. n. 201/2021, dove si ribadisce che «la tutela ambientale e paesaggistica – gravando su un bene complesso ed unitario, considerato dalla giurisprudenza costituzionale un valore primario ed assoluto – costituisce un limite alla tutela degli altri interessi pubblici assegnati alla competenza concorrente delle Regioni in materia di governo del territorio e di valorizzazione dei beni culturali e ambientali, nonché a quelle residuali». Um pouco antes, veja o precedente da Corte constitucional na sentença n. 189/2021, onde observa que «la potestà legislativa esclusiva statale ex art. 117, secondo comma, lettera s), Cost. risponde, del resto, a ineludibili esigenze di protezione di un bene, quale l'ambiente, unitario e di valore primario (sentenze n. 246 del 2017, n. 641 del 1987), che risulterebbero vanificate ove si riconoscesse alla Regione la facoltà di rimetterne indiscriminatamente la cura a un ente territoriale di dimensioni minori, in deroga alla valutazione di adeguatezza compiuta dal legislatore statale con l'individuazione del livello regionale». A atual jurisprudência da Corte se apresenta coerente com aquela iniciada a partir da segunda metade dos anos 80: nesse contexto lembre-se, entre outros, do que consta no envio. n. 641/1987, onde a Corte enunciou o princípio segundo o qual «l'ambiente è protetto come elemento determinativo della qualità della vita. La sua protezione non persegue astratte finalità naturalistiche o estetizzanti, ma esprime l'esigenza di un habitat naturale nel quale l'uomo vive ed agisce e che è necessario alla

impraticável.

E, de fato, a irrupção abrupta de um valor constitucional completamente novo teria aberto as portas para duas hipóteses, alternativas entre si e ambas muito severas.

Em primeiro lugar, poderia temer-se (como de fato se fez)<sup>21</sup> o fracasso da dogmática sobre a imutabilidade dos princípios fundamentais<sup>22</sup>.

Como mencionado, acrescentar ou remover pequenas mudanças: a convivência com um novo princípio teria, em qualquer caso, sido eficaz para comprimir, como consequência das novas operações de balanceamento necessárias, o espaço operacional da maioria dos outros.

Na segunda hipótese, aliás muito mais traumática, poder-se-ia mesmo falar não de "mera" revisão constitucional operante, como tal, no quadro das vias atribuídas apenas aos poderes instituídos, mas, obviamente, de muito mais<sup>23</sup>.

Ao contrário, porém, se tratou essencialmente - ou assim parece - da canonização de uma experiência interpretativa testada e comprovada: neste caso, o legislador constitucional parece não ter feito nada além de cristalizar a interpretação que a Corte constantemente inspirou em mais de trinta anos de sua constante jurisprudência<sup>24</sup>.

---

collettività e, per essa, ai cittadini, secondo valori largamente sentiti; è imposta anzitutto da precetti costituzionali (artt. 9 e 32 Cost.), per cui esso assurge a valore primario ed assoluto».

<sup>21</sup> Conforme FROSINI, Tommaso. E. La Costituzione in senso ambientale. Una critica. **Federalismi.it**, n. 16, 2021, p. 2. segundo o qual «con la modifica dell'art. 9 si sfata quello che era considerato un tabù costituzionale, e cioè che non si modificano i principi supremi. Lo ha detto nel 1988 la Corte costituzionale con la sentenza n. 1146, imponendo un limite al potere di revisione costituzionale ex art. 138 e avvalorando la tesi che "la forma repubblicana non può essere oggetto di revisione costituzionale", come recita l'art. 139, consiste, appunto, nell'immodificabilità dei principi supremi. Tali debbono essere ritenuti i principi fondamentali, quindi quelli previsti dall'art. 1 all'art. 12, che strutturano l'essenza, come forma, dello stato repubblicano».

<sup>22</sup> Como amplamente divulgado na doutrina e depois afirmado também pela Corte constitucional (sent. 1146/1988), o poder de revisão constitucional atende ao limite representado por «quei principi supremi che non possono essere sovvertiti o modificati nel loro contenuto essenziale neppure da leggi di revisione costituzionale o da altre leggi costituzionali. Tali sono tanto i **principi** che la stessa Costituzione esplicitamente prevede come limiti assoluti al potere di revisione costituzionale, quale la forma repubblicana (art. 139 Cost.), quanto i principi che, pur non essendo espressamente fra quelli non assoggettabili al procedimento di revisione costituzionale, appartengono all'essenza dei valori supremi sui quali si fonda la Costituzione italiana».

<sup>23</sup> Sobre a distinção entre o poder constituinte e o poder de revisão constitucional, lembre-se, dentre outros, de BARILE, Paolo. Potere costituente. Torino: **Noviss. Dig. It.**, vol. XIII, 1966. p. 443. CASTAÑO, Sergio Raúl. **Il potere costituente tra mito e realtà**. Milano, 2019. DOGLIANI, Mario. Costituente (potere). **Dig. Disc. Pubbl.**, IV, Torino, 2000. p. 281; M. DOGLIANI, Mario; BIN, Roberto; MARTINEZ DALMAU, Rúben. **Il potere costituente**. Napoli, 2017. ; P. G. GRASSO, Pietro Giuseppe. Potere costituente. in **Enc. Dir.**, XXXIV, Milano, 1985. , p. 642; GRASSO, Pietro Giuseppe. **Il potere costituente**. Torino, 2006. LANCHESTER, Fulco. (a cura di). **Costantino Mortati**. Potere costituente e limiti alla revisione costituzionale. Padova, 2017; C. MORTATI, Constantino. **La teoria del potere costituente**. Macerata, 2020; PACE, Alessandro. **Potere costituente, rigidità costituzionale e autovincoli legislativi**. Padova, 2002; PIAZZA, Marcello. **Libertà, potere, costituzione**. Saggi su rivoluzione, potere costituente e rigidità costituzionale. Roma, 2012; POMBENI, Paolo. **Potere costituente e riforme costituzionali**. Bologna, 1992.

<sup>24</sup> Segundo BIFULCO, Roberto. Primi riflessioni intorno alla l. cost. 1/2022 in materia di tutela dell'ambiente. **Federalismi.it**, n. 1, 2022, p. 3, não convence «l'argomento critico fondato sulla intangibilità dei principi fondamentali della nostra Costituzione. Innanzitutto, di carattere sistematico, perché la *sedes materiae* dell'ambiente, in quanto bene giuridico, non può non essere l'art. 9 Cost. E ciò anche per continuità con la giurisprudenza costituzionale che ha ricavato il 'valore' ambientale proprio da tale disposizione». Embora crítico da reforma em questão, conforme apurado por FROSINI, Tommaso. E. La Costituzione in senso ambientale. Una critica. **Federalismi.it**, n. 16, 2021, p. 3, segundo o qual «l'ambiente e i suoi derivati sono già da tempo presenti implicitamente, a parte l'esplicitazione all'art. 117 già ricordata, attraverso un'interpretazione evolutiva dell'attuale art. 9 sulla tutela del paesaggio "in combinato disposto" con l'art. 32 sulla tutela della salute». Ainda conforme RESCIGNO, Francesca. Quale riforma per l'articolo 9. **Federalismi.it**, n. 16, p. 2-5, 2021. p. 2, segundo a qual «alla base dell'attuale procedimento di revisione costituzionale forse si trova proprio questa interpretazione estensiva che nel corso della vita repubblicana ha fatto sì che ci si riferisse all'articolo 9 per parlare di molte cose tra cui di ambiente e di ecosistemi». Para CECCHETTI, Marcello. La revisione degli artt. 9 e 41 della Costituzione e il valore costituzionale dell'ambiente: tra rischi scongiurati, qualche virtuosità (anche) innovativa e molte lacune. **Forum Quad.cost.li**, n. 3, p 285-314. 2021, p. 299, «è difficile negare che il principale intento che ha condotto all'approvazione in Senato dell'ipotesi di revisione degli articoli 9 e 41 Cost. sia riconducibile alla dichiarata finalità di iscrivere nel testo della Carta costituzionale le acquisizioni in tema di tutela ambientale progressivamente maturate nell'ordinamento e nella coscienza collettiva, così come emergono dalla giurisprudenza ormai pluridecennale del Giudice delle leggi».



Portanto, nada foi removido e pouco ou nada foi adicionado.

Mas o objetivo deste artigo, além das breves observações introdutórias que o precedem, não é operar um "balanço" geral.

Como mencionado, para este fim só é permitido relembrar ideias, hipóteses e perspectivas previamente formuladas<sup>25</sup>.

O objetivo que pretendemos aqui perseguir brevemente é, na verdade, examinar outra referência contida na norma em questão e que também parece ser tudo menos negligenciável.

É a esse "(...) interesse das gerações futuras" que pretendemos, em particular, dirigir algumas breves considerações.

### 3. O PROBLEMA DO INTERESSE DAS FUTURAS GERAÇÕES

Como se sabe, o debate teórico sobre a questão jurídico-filosófica das gerações futuras não é tão recente.

Há algum tempo, a literatura de fato se depara com o escorregadio problema do tratamento jurídico das gerações futuras e tem havido, mesmo por parte de nossa jurisprudência constitucional, oportunidades de abertura - cada vez menos tímidas - no que diz respeito a um tema que continua a ilustrar problemas menores não tão pequenos assim<sup>26</sup>.

Com efeito, o entrelaçamento de categorias constitucionais e temas clássicos da teoria da justiça parece dotar de certa coerência teórica a inclusão das gerações futuras entre os "referentes subjetivos" das relações constitucionais<sup>27</sup>.

O conceito de soberania, por exemplo - que abriga também a ideia de que

<sup>25</sup> Em particular se faz referência a PORENA, Daniele. **La protezione dell'Ambiente tra Costituzione italiana e «Costituzione globale»**. Torino, 2009. e, più di recente, a D PORENA, Daniele. Sull'opportunità di un'espressa costituzionalizzazione dell'Ambiente e dei principi che ne guidano la protezione. Osservazioni intorno alle proposte di modifica dell'articolo 9 della Carta presentate nel corso della XVIII legislatura. **Federalismi.it**, n. 14, p. 01-22, 2020.

<sup>26</sup> Uma crescente atenção ao destino das gerações futuras se estabeleceu ao longo do tempo na jurisprudência constitucional. Ver, em particular, Tribunal Constitucional, sentença n. 88/2014, onde a Corte afirmou que a atuação do princípio da sustentabilidade do débito público «implica una responsabilità che, in attuazione di quelli «fondanti» de solidariedade e de igualdade, não é só das instituições, mas também de cada cidadão para com os outros, incluindo os das gerações futuras. Mais recentemente, a Corte constitucional, por meio da sentença n. 18/2019, observou que «l'equità intergenerazionale comporta, [...] la necessità di non gravare in modo sproporzionato sulle opportunità di crescita delle generazioni future, garantendo loro risorse sufficienti per un equilibrato sviluppo. È evidente che, nel caso della norma in esame, l'indebitamento e il deficit strutturale operano simbioticamente a favore di un pernicioso allargamento della spesa corrente. E, d'altronde, la regola aurea contenuta nell'art. 119, sesto comma, Cost. dimostra come l'indebitamento debba essere finalizzato e riservato unicamente agli investimenti in modo da determinare un tendenziale equilibrio tra la dimensione dei suoi costi e i benefici recati nel tempo alle collettività amministrative». Com a sentença 115 /2020, a Corte constitucional destacou que o perímetro constitucional traçado pelos dispositivos escrutinados «consiste nella funzionalità della procedura a ridurre il deficit fino ad azzerarlo nel tempo prescritto. Ciò mediante la scansione del percorso attraverso i risultati conseguiti nei singoli esercizi attinenti al piano e la definizione di una proporzione accettabile dei sacrifici imposti alle future generazioni di amministratori affinché l'oneroso rientro dal disavanzo sia comunque compensato dal traguardo dell'equilibrio, presupposto necessario per la sana amministrazione». Ainda, com a sentença 228/2021, a Corte evidenciou que «la dichiarata connotazione dei domini collettivi come «comproprietà intergenerazionale» (art. 1, comma 1, lettera c, della legge n. 168 del 2017) mostra una chiara proiezione diacronica affinché l'ambiente e il paesaggio siano garantiti anche alle future generazioni». Na literatura, além das contribuições citadas no desenvolvimento do presente estudo, cita-se A. D'ALOIA, Antonio. **Generazioni future (diritto costituzionale)**. in Enc. Dir., Annali IX. Milano, 2016.

<sup>27</sup> «Poiché ciascuna forma di autorità ha a che fare con dei referenti soggettivi e oggettivi» (como recorda MORRONE, Andrea. **Sovranità**. **Rivista Aic**, n. 3, p. 1-108, 2017, p. 44, nota 28), parece que hoje, ao lado do homem, do cidadão, do trabalhador e de todos os outros individualizados pela Carta, i gli altri via via individuati dalla Carta, as gerações futuras também apareceram como o novo referente subjetivo a quem a República como um todo é chamada a se debruçar.

nenhuma geração pode comprometer a próxima a respeitar suas próprias leis<sup>28</sup> – é um tema interessante<sup>29</sup>.

A transmissão intergeracional de identidades e responsabilidades coletivas é outro tema<sup>30</sup>.

A própria ideia de nação, assim como a de povo - entendida está em sentido ideal, como uma comunidade destinada a perpetuar-se sucessivamente entre gerações<sup>31</sup> - sugere outros elementos de reflexão na direção segundo a qual as coletividades devem ser pensadas de, a nível jurídico, também no contexto de uma lógica intergeracional.

Considerações de natureza teórica mais geral também parecem apoiar as preocupações gerais sobre o destino das gerações futuras.

Entre elas, a consciência de como um horizonte preditivo conceitualmente orientado para o futuro está subjacente à própria orientação do fenômeno jurídico e, particularmente, dos textos constitucionais: ou seja, as regras, certamente não se repetirão, são por sua natureza predestinada à disciplina de condutas futuras e as Constituições - especialmente quando dotadas de cláusulas de imutabilidade ou de mecanismos rígidos - aspiram a regular de forma duradoura (e com horizonte temporal ilimitado ou, ainda, com o que se definiu como uma "reivindicação à eternidade"<sup>32</sup>) as relações jurídicas fundamentais.

De um modo geral, verifica-se então que todos os principais setores com valor sistêmico em que se organizam os poderes públicos aspiram a uma perspectiva de durabilidade e, em correlação, estão condicionados pela necessidade de *sustentabilidade*<sup>33</sup>.

<sup>28</sup> O princípio estabelecido no famoso art. 28 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1793 parece, na realidade, de brotação antiga. Isso, se pensarmos apenas no fato de que Heródoto (*Histórias*, I, 29) já contava como os atenienses, tendo recebido as novas leis de Sólon, juraram não modificá-las por pelo menos dez anos. E isso, mesmo assim, na suposição implícita de que se tratava de exigências certamente reversíveis.

<sup>29</sup> Conforme observa BIFULCO, Roberto. **Diritto e generazioni future**. Problemi giuridici della responsabilità intergenerazionale. Milano, 2008, p. 118. «nonostante le mai sopite dispute intorno all'esaurimento del potere costituente (...) il principio della sovranità popolare implica la libertà delle generazioni future nei confronti delle costituzioni ereditate, e quindi nei confronti delle generazioni precedenti».

<sup>30</sup> De acordo com MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue**. Notre Dame, 1981., «we all approach our own circumstances as bearers of a particular social identity. I am someone's son or daughter, someone's cousin or uncle; I am a citizen of this or that city, a member of this or that guild or profession; I belong to this clan, that tribe, this nation. Hence what is good for me has to be the good for one who inhabits these roles. As such, I inherit from the past of my family, my city, my tribe, my nation, a variety of debts, inheritances, rightful expectations and obligations. These constitute the given of my life, my moral starting point. This is in part what gives my own life its moral particularity. (...) From the story of my life is always embedded in the story of those communities from which I derive my identity. I am born with a past; and to try to cut myself off that past, in the individualist mode, is to deform my present relationships».

<sup>31</sup> «Il popolo è una unità ideale di uomini organizzata politicamente che nella vita sociale si presenta unitariamente. In quanto unità ideale comprende anche le generazioni passate e quelle future e non va confuso con la somma dei singoli individui che ne fanno parte in un dato momento storico (...)». ROSSANO, Claudio. **Manuale di diritto pubblico**. Napoli, 2012, p. 58. In questo senso, cfr. anche D'ALOIA, Antonio. **Generazioni future (diritto costituzionale)**. in Enc. Dir., Annali IX. Milano, 2016, p. 355.

<sup>32</sup> Cita-se também KIRCHHEIMER, Otto. **Costituzione senza sovrano**. Saggi di teoria politica e costituzionale. Bari, 1982, p. 33, segundo o qual «ogni costituzione porta in sé una superba pretesa, per la quale essa si differenzia dalle altre disposizioni del potere statale: la pretesa della durata». De acordo com M PIAZZA, Marcello. **Libertà, potere, costituzione**. Saggi su rivoluzione, potere costituente e rigidità costituzionale. Roma, 2012, «una costituzione reca in sé l'aspirazione all'eternità per il proprio contenuto basilare (...)»; como depois observa E BETTINELLI, Ernesto. Referendum e riforma «organica» della Costituzione. in RIPEPE, Eugenio; ROMBOLI, Roberto (a cura di). **Cambiare costituzione o modificare la Costituzione**. Torino, 1995, p. 40, afirmando que as constituições «sono approvate con la convinzione che debbano durare in eterno (...)».

<sup>33</sup> De outro modo (PORENA, Daniele. **Il principio di sostenibilità**. Contributo allo studio di un programma costituzionale di solidarietà intergenerazionale. Torino, 2017.), foi possível argumentar que o princípio da sustentabilidade, embora nascido no contexto de reflexão dedicado à proteção ambiental, apresenta capacidades tão expansivas que estendeu seu valor a todo o conjunto de disciplinas regulatórias dos principais setores sistêmicos em que cada ordenamento jurídico é organizado. Segundo parte da doutrina, ele representaria, inclusive, um novo paradigma pós-moderno cuja ambição deveria ser buscada, entre outras coisas, na tentativa

Da organização do *welfare* - e, em particular, da saúde<sup>34</sup> e da previdência social<sup>35</sup> - à proteção do ambiente e regulamentação do uso do solo; das regras que regem os gastos públicos e que regulam o equilíbrio financeiro<sup>36</sup> às políticas de promoção do desenvolvimento econômico<sup>37</sup>: em todas essas áreas, como em muitas outras<sup>38</sup>, o conceito de sustentabilidade que, em poucas palavras, repousa sobre o tema das relações entre as gerações presentes e futuras<sup>39</sup>.

A esse respeito, porém, é possível notar que a lógica intergeracional não constitui em si uma novidade absoluta no que diz respeito ao léxico utilizado por nossa Constituição.

Em particular, como se sabe, por ocasião da revisão ocorrida no ano de 2012 nos artigos 81 e 97 da Carta, o legislador constitucional não escapou à necessidade de fazer as devidas referências ao conceito de sustentabilidade: hoje, a sustentabilidade da dívida pública é um princípio que responde, entre outras coisas, à necessidade de proteger as gerações futuras no que diz respeito à acumulação de posições de dívida<sup>40</sup> avassaladoras que, como tal, acabariam por limitar, como o Bundesverfassungsgericht<sup>41</sup> também

---

de “republicanizar” a globalização: «Porém, sem uma efetiva “republicanização” da Globalização, não será possível superarmos o individualismo nacional moderno, que acabou aumentando as assimetrias acima mencionadas, protagonizadas por poderes transnacionais praticamente não regulados pelo direito nacional ou internacional». CRUZ, Paulo Marcio; BODNAR, Zenildo. **Globalização, Transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajai: Univali, 2012, p. 11. Ancora, si veda CRUZ, Paulo Marcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 3, p. 75-83, 2011. De acordo com estes autores, «a partir desse contexto de insuficiência da liberdade, enquanto paradigma do direito moderno para enfrentamento dos novos riscos globais, o que se propõe é análise da sustentabilidade enquanto novo paradigma indutor do direito na pós-modernidade em coabitação com a liberdade».

<sup>34</sup> Sobre este assunto, convém mencionar o texto publicado por PORENA, Daniele. Criticità e prospettive di futura (in)sostenibilità del sistema sanitario nazionale. **Federalismi.it, Osservatorio di diritto sanitario**. n. 22, p. 02-27, 2015.

<sup>35</sup> A respeito do tema, ver G ARCONZO, Giuseppe. La sostenibilità delle prestazioni previdenziali e la prospettiva della solidarietà intergenerazionale. Al crocevia tra gli art. 38, 81 e 97 Cost. **Osservatorio AIC**, n. 3. p. 627, 2018..

<sup>36</sup> Su cui si veda la monografia di BARTOLUCCI, Luca. **La sostenibilità del debito pubblico in Costituzione**. Procedure euro-nazionali di bilancio e responsabilità verso le generazioni future. Padova, 2020.

<sup>37</sup> Parece mesmo supérfluo recordar que é precisamente no contexto das políticas de desenvolvimento econômico que assistimos ao primeiro nascer do princípio da sustentabilidade e ao desenvolvimento das técnicas de uma das mais clássicas operações de ponderação constitucional. A este respeito, ver recentemente, **CASSETTI, Luisa**. Riformare l’art. 41 della Costituzione: alla ricerca di “nuovi” equilibri tra iniziativa economica privata e ambiente? **Federalismi.it** n. 4, 2022. p. 200, a qual sublinha que, mesmo antes da revisão do art. 41, incisos 2 e 3 da Constituição, era possível acessar «esempi nella giurisprudenza costituzionale di applicazioni concrete del bilanciamento tra interventi pubblici di regolazione/programmazione pubblica (...) e protezione dell’ambiente».

<sup>38</sup> Como observa A D’ALOIA, Antonio. **Generazioni future (diritto costituzionale)**. in Enc. Dir., Annali IX. Milano, 2016. p. 350, il concetto di sviluppo sostenibile contiene «nel suo orizzonte, tutte le grandi questioni del mondo contemporaneo: la questione economica, la questione ecologica, il destino della democrazia, come ideale e come esperienza molteplice nelle sue realizzazioni».

<sup>39</sup> Como se sabe, com base nas descrições originalmente fornecidas pelos chamados Relatório Brundtland (*Our common future*, 20 marzo del 1987, *World Commission on Environment and Development*) e sucessivamente consolidadas no interno de um amplo panorama de normativas nacionais e internacionais, o desenvolvimento seria sustentável onde permitiria a satisfação das necessidades das gerações presentes sem comprometer a satisfação de necessidades semelhantes das gerações futuras. Recentemente, observou R BIFULCO, Roberto. Primi riflessioni intorno alla l. cost. 1/2022 in materia di tutela dell’ambiente. **Federalismi.it**, n. 1, 2022, p. 8, «la costituzionalizzazione delle generazioni future recupera implicitamente tutto l’*acquis* legato alla sostenibilità, stabilendosi che l’uso delle risorse deve tener conto anche di chi viene dopo di noi. E questo non è un principio scontato all’interno di una costituzione che nasce, come ho già ricordato, in un contesto di economia industriale orientata alla crescita». A respeito das atuais coordenadas do princípio da sustentabilidade no âmbito do processo de integração europeu, convém ler o interessante escrito de FRANCAVIGLIA, Michele. Le ricadute costituzionali del principio di sostenibilità a dieci anni dal Trattato di Lisbona. Spunti ricostruttivi alla luce della giurisprudenza europea e costituzionale. **Federalismi.it**, n. 19, p. 53-71, 2020.

<sup>40</sup> Sobre o tema, ver BARTOLUCCI, Luca. **La sostenibilità del debito pubblico in Costituzione**. Procedure euro-nazionali di bilancio e responsabilità verso le generazioni future. Padova, 2020.

<sup>41</sup> Conforme BVerfG, 2 BvR 1390/12; 2 BvR 1421/12; 2 BvR 1438/12; 2 BvR 1439/12; 2 BvR 1440/12; 2 BvE 6/12, de 12 de setembro de 2012, com o qual o *Bundesverfassungsgericht*, sobre a legitimidade das restrições constitucionais impostas à decisão orçamentária, afirmou que «il fatto che i parlamenti si autovincolino (...) può essere necessario nell’interesse alla conservazione a lungo termine della capacità di determinazione democratica (...) se è vero che un vincolo di questo genere può anche limitare i margini di manovra nel presente, allo stesso tempo può essere funzionale alla loro preservazione per il futuro».



observou há anos, a mesma capacidade de determinação democrática<sup>42</sup>.

Em suma, limitando ao máximo estas primeiras observações, parece que o tema das gerações futuras não introduz uma laceração insuportável das categorias tradicionalmente utilizadas pelos juristas, mas sim enquadra-se num caminho evolutivo coerente percorrido ao longo do tempo pelos vários ordenamentos jurídicos, incluindo, obviamente, também o ordenamento italiano.

Tudo o que foi considerado acima não significa, porém, que com o surgimento das gerações futuras nos dispositivos de diversos textos constitucionais<sup>43</sup> (antes da Itália, vale destacar, entre outros, o art.20 da Grundgesetz onde os fundamentos naturais da vida são resguardados em razão das responsabilidades que pesam sobre o ordenamento jurídico para com as gerações futuras)<sup>44</sup>, os problemas teóricos - assim como os práticos - são completa e definitivamente superados.

Pelo contrário, a formulação particular adotada pelo legislador constitucional italiano na referência às gerações futuras parece sugerir a necessidade de investigações

<sup>42</sup> Ainda de acordo com BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio. Le generazioni future come nuovo paradigma del diritto costituzionale, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008, para o qual «un debito eccessivo ed incontrollato, nel momento in cui scarica irresponsabilmente oneri economici sulle generazioni successive, sottraendo alla loro discrezionalità decisionale enormi flussi finanziari (in Italia si è arrivati ormai a più di 60 miliardi di euro all'anno come spesa per gli interessi sul debito pubblico), finisce col rappresentare una sorta di tassazione iniqua, perché "without representation" (per usare la celebre formula della Magna Charta), e perché sganciata da qualsiasi presupposto di responsabilità; e così diventa, per quanto possa sembrare paradossale, un pesante ostacolo ad una realizzazione più efficace delle politiche di protezione dei diritti, uno di quegli "ostacoli di ordine economico-sociale" ai quali allude il secondo comma dell'art. 3 della Cost.».

<sup>43</sup> Se deve recordar também o Preâmbulo da Constituição dos Estados Unidos, onde se lê «Noi, popolo degli Stati Uniti, al fine di formare una più completa unione, stabilire la giustizia, garantire la tranquillità interna, provvedere alla comune difesa, promuovere il benessere generale e assicurare i benefici della libertà per noi e per i nostri posteri, decretiamo e stabiliamo questa Costituzione». Na Constituição vigente do Estado da Pensilvânia, o parágrafo 27 do art. 1o estabelece então o princípio segundo o qual «Pennsylvania's public natural resources are the common property of all the people, including generations yet to come. As trustee of these resources, the Commonwealth shall conserve and maintain them for the benefit of all the people». Entre as finalidades enunciadas no Preâmbulo da Constituição Argentina de 1853, ainda em vigor, há previsão com o fim de «promover el bienestar general, y asegurar los beneficios de la libertad para nosotros, para nuestra posteridad y para todo los hombres del mundo (...)». Também, uma referência conceitualmente muito exigente quanto ao tema das gerações futuras está contida no art. 11 da Constituição Japonesa, onde o princípio segundo o qual «il popolo non sarà ostacolato nel godimento di uno qualsiasi dei diritti fondamentali dell'uomo. Tali diritti fondamentali dell'uomo, garantiti al popolo da questa Costituzione, sono riconosciuti al popolo ed alle generazioni future come diritti eterni ed inviolabili». Como se lê no Preâmbulo da Constituição da Confederação Suíça, o povo e os cantões deram origem a ela «coscienti delle acquisizioni comuni nonché delle loro responsabilità verso le generazioni future». Um desenvolvimento muito descontraido é então dedicado ao conceito de sustentabilidade e às gerações futuras pela arte. 27 da Constituição de Cuba, que afirma que «lo Stato protege l'ambiente e le risorse naturali del Paese. Riconosce il loro stretto legame con lo sviluppo economico e sociale sostenibile per rendere più razionale la vita umana e garantire la sopravvivenza, il benessere e la sicurezza delle generazioni attuali e future. Spetta agli organi competenti applicare questa politica». O tema também é abordado pelo art. 74 da Constituição da Polônia, a qual enuncia o princípio segundo o qual «le autorità pubbliche conducono una politica volta a garantire la sicurezza ecologica delle generazioni presenti e future». Na Bolívia o art. 33 estabelece o princípio segundo o qual «las personas tienen derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado. El ejercicio de este derecho debe permitir a los individuos y colectividades de las presentes y futuras generaciones, además de otros seres vivos, desarrollarse de manera normal y permanente». Uma outra constituição "verde", a do Brasil, estabelece no seu art. 225 che «tutti hanno diritto a un ambiente ecologicamente equilibrato, e in quanto bene di uso comune del popolo, indispensabile per una sana qualità di vita; si impone all'autorità pubblica e alla collettività il dovere di difenderlo e preservarlo per le generazioni presenti e future». Vale a pena concluir esta revisão rápida e parcial com as observações contidas nas instalações do Charte de l'environnement francês que, fazendo um apelo constante ao conceito de humanidade, estendem as preocupações subjacentes à Charte seja às presentes que às futuras gerações: «les ressources et les équilibres naturels ont conditionné l'émergence de l'humanité; (...) l'avenir et l'existence même de l'humanité sont indissociables de son milieu naturel; (...) l'environnement est le patrimoine commun des êtres humains; (...) l'homme exerce une influence croissante sur les conditions de la vie et sur sa propre évolution». Além disso, há uma referência expressa às gerações futuras onde a Carta identifica, entre os propósitos de suas disposições, o de «assurer un développement durable, les choix destinés à répondre aux besoins du présent ne doivent pas compromettre la capacité des générations futures et des autres peuples à satisfaire leurs propres besoins». Cfr. T. GROPPi, Sostenibilità e costituzioni: lo Stato costituzionale alla prova del futuro, in *Diritto pubblico comparato ed europeo*, 1, 2016; DE LEONARDIS, Francesco. La riforma "bilancio" dell'art. 9 Cost. e la riforma "programma" dell'art. 41 Cost. nella legge costituzionale n. 1/2022: suggestioni a prima lettura. **ApertaContrada.it**. 2022, p. 4.

<sup>44</sup> O princípio enunciado no art. 20 da Grundgesetz dispõe que «è compito dello Stato, anche in vista delle responsabilità per le future generazioni, proteggere le basi naturali della vita mediante l'esercizio del potere legislativo, nel quadro dell'ordinamento costituzionale, e dei poteri esecutivo e giudiziario, in conformità alla legge e al diritto».

cuidadosas.

O problema não é tanto aquele representado pelas técnicas de proteção: tanto o direito privado como o direito público têm, de fato, testado há muito tempo técnicas de proteção, mais ou menos sofisticadas, de interesses pertencentes ou, em todo caso, desprovidos de um referente subjetivo mesmo capaz de reclamar a proteção<sup>45</sup>.

Pelo contrário, o problema parece ser de natureza substancial/conceitual e geral: o que precisamos nos perguntar, de fato, não é apenas quem está protegido pela lei em questão, mas também, sobretudo, em que e dentro de quais limites ela está sendo tutelado<sup>46</sup>.

Em geral, a conceituação jurídica do papel e da posição das gerações futuras paga pela necessidade de enfrentar críticas teóricas muito severas.

O conhecido paradoxo da não identidade das gerações futuras, introduzido pela primeira vez pelo britânico Derek Parfit<sup>47</sup>, coloca problemas que estão longe de ser irrelevantes<sup>48</sup>: a própria existência da vida, assim como a identidade de cada um, não seria outra coisa senão a consequência das escolhas feitas por aqueles que o precederam; assim, o cumprimento de diferentes escolhas determinaria o nascimento de um indivíduo com outra identidade ou, ainda, poderia determinar seu não nascimento<sup>49</sup>.

Na esteira do raciocínio de Parfit, questionou-se então como é possível, restringindo ao máximo o discurso, construir *hoje* mecanismos de proteção de interesses ou mesmo

<sup>45</sup> Nesse contexto, porém, as margens de perspectiva jurídica ainda são bastante amplas: conforme BROWN WEISS, Edith. **In fairness to Future Generations: International Law Common Patrimony, and Intergenerational Equality**. NY: Dobbs Ferry, 1989, segundo o qual «since the interests of future generations may sometimes conflict with those of some members of the present generation, it is important to designate a representative of future generations, or a guardian ad litem. This could take the form of an ombudsman for future generations». Conforme DE SANTIS, Valeria. *Eredità culturale e responsabilità intergenerazionale*, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008, p. 557.

<sup>46</sup> A “positivização” textual das gerações futuras no interior da Carta Constitucional parece tornar não mais essencial se debruçar sobre a questão ética subjacente ao seu reconhecimento legal: isto é, sobre por que as gerações futuras devem ser protegidas. Em qualquer caso, para alguma informação aprofundada sobre este ponto, se faz referência ao seguinte texto: D PORENA, Daniele. **Il principio di sostenibilità**. Contributo allo studio di un programma costituzionale di solidarietà intergenerazionale. Torino, 2017.

<sup>47</sup> PARFIT, Derek. **Reasons and Persons**. Oxford, 1984.

<sup>48</sup> Como observa D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008, p. 339, a construção interpretativa elaborada por Parfit «rappresenta ancora oggi una ineludibile pietra di inciampo della teoria intergenerazionale». Segundo PALOMBELLA, G., *Ragioni di giustizia, diritti e generazioni future*, in R. Bifulco – A. D'Aloia (a cura di), in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 18, as questões colocadas por Parfit seriam antes de tudo «disarmanti». O paradoxo introduzido pelo filósofo britânico é então muito bem resumido pelo autor citado: «chiunque verrà ad esistenza potrà esistere solo perché le generazioni che lo hanno preceduto hanno compiuto determinate scelte, che hanno inciso sul suo concepimento e determinato complessivamente la sua identità. Queste scelte non tolgono o aggiungono nulla ad un individuo “presupposto”, ma producono un individuo “altro”. Con altre scelte potrebbero esistere altri individui, altre identità. Ciò ci impedisce di ritenere che noi possiamo peggiorare la sorte di qualcuno, individualmente preso, che altrimenti non esisterebbe: coloro che sono vittime future dell'esaurimento delle risorse compiuto dalle generazioni precedenti potrebbero esistere solo in questo mondo, e ammesso che vi fosse un diritto a vivere in condizioni diverse, noi non potremmo averlo violato, perché essi non esisterebbero in condizioni diverse. Proteggere individui futuri da conseguenze genetiche dovute a scorie radioattive, o concepire individui per quanto possibile sani, non significa tutelare un diritto di un individuo o non danneggiarlo, ma semplicemente dare luogo ad “altri” individui».

<sup>49</sup> Em outro momento (PORENA, Daniele. **Il principio di sostenibilità**. Contributo allo studio di un programma costituzionale di solidarietà intergenerazionale. Torino, 2017, p. 86) tentei exemplificar o discurso através do caso do jovem casal que, para se casar, contrai uma grande dívida para a compra da casa da família. Como poderá o recém-nascido reclamar das condições de austeridade produzidas por esta circunstância sobre o padrão de vida familiar nos próximos anos se, na ausência da escolha feita à época pelos pais, ele nem teria sido concebido? O paralelismo entre esta hipótese, ainda que ingênua, e a questão da dívida soberana dos Estados parece muito fácil.

direitos<sup>50</sup> que, em hipótese, não poderiam mais amanhã ser apreciados como tal<sup>51</sup>.

A mesma ideia de justiça - até hoje muitas vezes também explicada através dos paradigmas da igualdade e dos mecanismos de redistribuição<sup>52</sup> - poderia ser concebida, amanhã, de uma forma diferente.

Novamente, e para ser cada vez mais explícito: não conhecendo a identidade dos indivíduos que formarão as gerações futuras, conseqüentemente também ignoramos quais serão suas preferências. Mais precisamente, não sabemos quais bens da vida as gerações futuras apreciarão como tal, tornando-os assim objeto de direitos ou interesses<sup>53</sup>.

O que aconteceria se as gerações futuras olhassem para outras coisas, não tendo mais interesse no que agora acreditamos ser objeto de direitos? O que aconteceria se hoje atribuíssemos posições jurídicas bem definidas às gerações futuras e se esses homens e mulheres do futuro, tivessem um conceito de bem-estar diferente do que temos hoje?

Não parece coincidência que, de um ponto de vista certamente mais prudente, outras constituições tenham introduzido o tema das gerações futuras no quadro de uma conceitualização deontológica que envolve não tanto os "direitos" hipotéticos destas últimas, mas sim os deveres e responsabilidades que onerariam as gerações presentes em relação à posteridade<sup>54</sup>.

A ética dos deveres e das responsabilidades, como por exemplo também proposta pelos estudos de Hans Jonas<sup>55</sup>, ou mesmo a ideia de uma "justa economia" como entre

<sup>50</sup> A aproximação da categoria de direitos "à noção de gerações futuras parece quase um "oxímoro jurídico": o caráter futuro das gerações contrasta com «presentismo che caratterizza il concetto di diritto soggettivo, il quale presuppone un titolare attuale in grado di agire per ottenerne la tutela qualora sia ritenuto lesa. Il termine interesse, invece, pare "ammorbidire" questo contrasto ed elevarsi ad obiettivo costituzionalmente rilevante che la Repubblica deve perseguire nel tutelare l'ambiente, la biodiversità e gli ecosistemi, nonché divenire esplicito parametro per il giudizio di costituzionalità delle leggi», conforme denota GUERRA, Ylenia; MAZZA, Riccardo. La proposta di modifica degli articoli 9 e 41 Cost.: una prima lettura. **Forum di Quaderni Costituzionali**, n. 4, p. 109-144, 2021, p. 126.

<sup>51</sup> Conforme. LUCIANI, Massimo. Generazioni future, spesa pubblica e vincoli costituzionali, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008, p. 436, é mencionado que «raffrontando diritti della generazione presente e diritti delle generazioni future si rende irrisolvibile il problema della corretta scelta (sociale) sui criteri di allocazione delle risorse (sociali), perché nelle premesse del giudizio sono introdotte delle variabili eccessivamente indeterminate. Non è noto, in particolare, quali e quanti saranno i bisogni delle generazioni future (i bisogni sono in larga misura creazioni sociali, ed è impossibile prevedere come queste si orienteranno); non sappiamo se domani, anche se le risorse economiche rimarranno intatte o addirittura aumenteranno, le future maggioranze di governo saranno disponibili a destinare risorse al soddisfacimento dei bisogni sui quali si appuntano i diritti (quali che essi siano, visto che tutti i diritti "costano"); non disponiamo di alcun modello economico, a prova di crisi, imprevisti o catastrofi, che possa garantire con ragionevole sicurezza che il progresso economico desiderato, e perseguito distogliendo risorse dalla spesa sociale soddisfattiva dei bisogni della generazione presente, si realizzerà davvero». Além disso, conforme G. AZZARITI, Appunto per l'audizione presso la Commissione Affari costituzionali del Senato della Repubblica del 16 gennaio 2020 – Modifica articolo 9 della Costituzione, p. 6, *accessível em www.senato.it*, «com'è noto, è assai difficile configurare diritti soggettivi – o anche solo interessi legittimi pretensivi – per persone non nate, soggetti futuri ed indeterminati. Nessun interesse futuro può essere assicurato se esso appare giuridicamente indeterminato. Ecco perché è assai meglio puntare sulla responsabilità delle generazioni presenti. Imponendo limiti e/o obblighi per comportamenti ecosostenibili».

<sup>52</sup> Ideal de justiça que, nos termos que acabamos de mencionar, sobrevive até hoje desde os primórdios da antiguidade clássica, conforme se depreende do texto de FASSÒ, Guido. **Storia della filosofia del diritto, I. Antichità e medioevo**. Roma-Bari, 2001.

<sup>53</sup> Conforme WALZER, Michael. **Spheres of Justice**. A Defense of Pluralism and Equality. Blackwell edition, 1983, p. 6. dove l'Autore osserva che «people conceive and create goods, which they distribute among themselves. Here, the conception and creation precede and control the distribution. Goods don't just appear in the hands of distributive agents who do with them as they like or give them out in accordance with some general principle. Rather, goods with their meanings – because of their meanings – are the crucial medium of social relations; they come into people's minds before they come into their hands; distributions are patterned in accordance with shared conceptions of what the goods are and what they are for».

<sup>54</sup> Paradigmático deste modelo é a escolha feita pelo legislador constitucional alemão, com a lei de revisão de 27 de outubro de 1994, com a qual foi inserido o art. 20 na *Grundgesetz*.

<sup>55</sup> Onde o imperativo categórico kantiano também se estende à posteridade, conforme nos ensina HÄBERLE, Peter. **Cultura dei diritti e diritti della cultura nello spazio costituzionale europeo**. Milano, 2003, p. 115, utilizando a máxima «*agisci in modo tale*



outras concebidas por John Rawls<sup>56</sup>, parecem encontrar certa aderência em alguns dispositivos constitucionais, como a da já mencionada *Grundgesetz*, destinada a canonizar não uma posição jurídica em favor das gerações futuras, mas, de fato, um dever geral de responsabilidade que pesa sobre os presentes.

A Constituição italiana, a menos que a expressão "também no interesse das gerações futuras" queira ter um significado retórico, meramente evocativo do amanhã, parece ter tomado uma direção diferente.

A palavra 'interesse' usada no art. 9º da Carta, salvo o sentido meramente evocativo que acabamos de referir, parece atribuir dois significados não demasiado distantes.

O primeiro é extraído do léxico da psicologia.

Nesse caso, dentre outros autores, Alf Ross<sup>57</sup> lembra que a palavra interesse qualificaria a atitude do indivíduo ou de uma comunidade em relação a uma necessidade.

Outro significado emerge então no âmbito da elaboração jurídica.

No léxico desta última – reduzindo ao máximo o discurso – a categoria de interesse identifica uma posição jurídica de vantagem sobre um objeto considerado como um bem da vida<sup>58</sup>.

Pois bem, em ambos os casos, a descrição de um interesse pelas gerações futuras parece introduzir problemas substancialmente semelhantes e que caberá, em particular, aos estudiosos do direito público e constitucional desvendar.

A quais necessidades específicas deve estar vinculado o interesse do qual fala o art. 9º? Para a satisfação de quais bens da vida ela deve visar?

E, ainda, quais seriam, na prática, os interesses de relevância constitucional, dentre eles o conflito intergeracional, que o legislador ordinário e a Justiça constitucional poderiam ter que equilibrar?

Na verdade, isso também é um tema.

---

*che le conseguenze del tuo agire siano compatibili con la permanenza della vita sulla terra», JONAS, Hans. **Il principio di responsabilità**. Un'etica per la società tecnologica. Torino, 2002. p. 16.*

<sup>56</sup> «Le parti non sanno a quale generazione appartengono o, in modo equivalente, quale è lo stadio di civiltà della propria società. Esse non hanno alcun modo per affermare se essa è povera o relativamente ricca, prevalentemente agricola o già industrializzata, e così di seguito. A questo riguardo, il velo di ignoranza è totale. Perciò le persone nella posizione originaria devono chiedersi in quale misura sarebbero intenzionate a risparmiare in ciascuno stadio di sviluppo, assumendo che tutte le altre generazioni devono risparmiare allo stesso modo. Esse devono cioè considerare la loro inclinazione al risparmio in ogni data fase di civiltà, con la convenzione che i tassi (di risparmio) da loro proposti devono regolare l'intero svolgimento dell'accumulazione. Quindi devono in effetti scegliere un principio di giusto risparmio che assegna un tasso di accumulazione adeguato a ciascun livello dello sviluppo», RAWLS, John. **Una teoria della giustizia**. Milano, 1993, p. 244.

<sup>57</sup> A este respeito, ver a análise global desenvolvida por ROSS, Alf. **Diritto e giustizia**. Torino, 2001. p. 160 e ss. a partir do conceito de direito subjetivo.

<sup>58</sup> No quadro que nos interessa, para além das conhecidas complexidades relacionadas com a descrição e desenvolvimento de técnicas de defesa de interesses superindividuais e, em particular, de interesses generalizados (sobre os quais, dentre outros autores, se ocupa R. FERRARA, *Interessi collettivi e diffusi*, in **Dig. Disc. Pubbl.**, VIII, Torino, 2001, p. 481 e ss.; B. CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. *Interessi diffusi e collettivi*. **Dir. soc.**, 1982. p. 187), há também aqueles relacionados à natureza intergeracional dos interesses discutidos neste artigo. Além disso, de outra perspectiva, a posição reconhecida em favor das gerações futuras foi reconduzida a não menos complexa categoria de *group's rights*: conforme E BROWN WEISS, Edith. **In fairness to Future Generations: International Law Common Patrimony, and Intergenerational Equality**. NY: Dobbs Ferry, 1989. p. 95. Segundo a qual «planetary rights are derived from the temporal relationship among generations in using the natural environment and cultural resources. They are intergenerational rights. They may be regarded as group rights in the sense that generations hold these rights as groups in relation to other generations – past, present and future. (...) The planetary rights proposed here for future generations are not rights possessed by individuals. Rather they are generational rights, which can only be usefully conceived at a group level».

O novo art. 9º (e não somente ele) impõe, neste momento, uma mecânica de equilíbrio inserida em um contexto não apenas sincrônico e intrageracional, mas também, necessariamente, diacrônico e intergeracional<sup>59</sup>.

Por outro lado, 'ambiente', 'biosfera' e 'ecossistemas' são noções muito amplas, e de certa perspectiva até abrangentes, para fornecer um perímetro, ainda que vagamente objetivado, dentro do qual possa dar substância jurídica às relações entre passado, presente e futuro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira tentativa de resposta a esses temas de investigação só pode ser buscada nas principais trajetórias percorridas pela história do constitucionalismo moderno.

De fato, é justamente o constitucionalismo moderno, e mais ainda o desenvolvido na segunda metade do século XX, que entregou às sociedades contemporâneas (ou pelo menos às ocidentais) também o paradigma básico dos *direitos fundamentais*<sup>60</sup>.

Com efeito, desde sempre na história do pensamento jurídico – seja na antiguidade clássica, como na época medieval e depois na era moderna e contemporânea - existiu, ainda que com ideias variadas, um núcleo fundamental e, sobretudo, *imutável* de direitos<sup>61</sup>: a mesma teoria da anterioridade desses direitos em relação à complexa

<sup>59</sup> No que diz respeito às disposições que nas várias constituições fazem referência às gerações futuras, ele introduziu este tema R BIFULCO, Roberto. **Diritto e generazioni future**. Problemi giuridici della responsabilità intergenerazionale. Milano, 2008, p. 127, o qual observa que «la presenza di riferimenti alle generazioni future all'interno di disposizioni costituzionali che mirano alla disciplina di un oggetto determinato rafforza l'obbligo dei destinatari di quella disposizione di tener conto, nel momento del bilanciamento, degli interessi degli uomini che verranno».

<sup>60</sup> Como se sabe, é às declarações de direitos do final do século XVIII que devemos as primeiras afirmações sobre o que hoje comumente se remonta à categoria geral dos direitos fundamentais. Pense, por exemplo, no que está declarado na Seção I da Declaração de Direitos da Virgínia de 1776, que diz que «tutti gli uomini sono per natura liberi e indipendenti e hanno alcuni diritti innati, di cui, entrando nello stato di società, non possono, mediante convenzione, privare o spogliare la loro posterità (...)», conforme declarado, no mesmo ano, pela Declaração dos Direitos dos Habitantes do Estado da Pensilvânia: «tutti gli uomini sono nati egualmente liberi e indipendenti, ed hanno certi naturali, innati e inalienabili diritti (...)» ou ainda, o princípio enunciado no primeiro artigo da Declaração Francesa de 1789: «gli uomini nascono e rimangono liberi e uguali nei diritti (...)», seguida pela declaração do ano de 93 (art. 1º): «(...) il governo è istituito per garantire all'uomo il godimento dei suoi diritti naturali e imprescrittibili», estes direitos (art. 2º) «sono l'uguaglianza, la libertà, la sicurezza, la proprietà». Todavia, como observa BALDASSARRE, Antonio. **Il costituzionalismo e lo Stato costituzionale**. Una teoria alternativa al positivismo giuridico e al giusnaturalismo. Modena, 2020, «il concetto di 'costituzionalismo' emerso nel XIX secolo in Europa in ordinamenti modellati sulla base del tipo degli "Stati legali" è sinonimo di quello che all'epoca fu chiamato 'Stato di diritto' (...). Esso infatti consiste nella triade "principio di legalità, diritti individuali, separazione dei poteri" nella quale si identifica quel concetto. Tuttavia (...) esso non dà compiutamente conto di tutti gli elementi essenziali di tale modello, poiché non vi si ritrovano proprio i due tratti che ne contrassegnano la differenza specifica: l'esistenza di una *lex fundamentalis* superiore alla legge ordinaria e il controllo giudiziale della costituzionalità della legge».

<sup>61</sup> Como recorda BOBBIO, Norberto. **Giusnaturalismo e positivismo giuridico**. Milano, 1965., «il problema del diritto naturale non è certo un problema moderno; esso è uno dei concetti fondamentali più antichi del diritto. Già nei primi scrittori greci veniva formulato il problema della distinzione fra un diritto che è per natura (κατὰ φύσιν) e un diritto que è per legge (κατὰ νόμον). (...) Si pone dunque nella filosofia greca il problema di un diritto, il diritto naturale, che presenta queste tre caratteristiche principali: (...) è imutabile perché la natura umana è uguale in tutti i tempi: l'uomo, una volta posto, è uguale per tutta la sua storia». Ainda, observa COTTA, Sergio. **Giusnaturalismo**. Enc. Dir., XIX, Milano, 1970, p. 516, «non dovrebbe sfuggire a nessuno il significato e l'importanza del fatto che da Platone a Heidegger – passando per San Tommaso, Spinoza, Leibniz, Kant e Fichte (solo per ricordare alcuni nomi maggiori) – il giusnaturalismo ha tratto in tutto l'arco della sua storia la sua più solida sostanza e le sue più approfondite argomentazioni dalla riflessione di filosofi che sarebbe per lo meno temerario, per non dire assurdo, ridurre a meri filosofi del diritto naturale». Nas densas páginas dedicadas à história dos direitos humanos, MEZZETTI, Luca (a cura di). **Diritti e doveri**. Torino, 2013, p. 3, recorda que «i tentativi di strutturazione della storia dei diritti umani non possono prescindere dal riferimento ad un a pluralità di percorsi evolutivi. Sul versante della storia delle idee, il momento di avvio di tale evoluzione può situarsi senza esitazioni nell'antichità, potendosi identificare una fase essenziale nella elaborazione del diritto naturale della Stoa e nel successivo recepimento da parte del cristianesimo. Vi hanno fatto seguito una nuova elaborazione del concetto di libertà nel Medioevo; un salto qualitativo con l'avvento dell'idea della libertà religiosa nel XVI secolo; le rivoluzioni borghesi in Olanda, Inghilterra, America e Francia dal XVI al XVIII secolo; l'elaborazione – a queste ultime strettamente connessa – della dottrina del diritto naturale ad opera dell'Illuminismo; la codificazione dei diritti umani in Dichiarazioni e Costituzioni a partire dalla fine del XVIII secolo; l'"esportazione" dei diritti umani dall'Europa nel mondo; la Dichiarazione universale dei diritti umani della Nazioni Unite del 10 dicembre 1948; l'istituzionalizzazione dei diritti umani e la loro tutela ad opera di organizzazioni internazionali e dei relativi organi giurisdizionali». Dada a dimensão e a qualidade dos escritos

organização jurídica (teoria que está na base de sua própria universalidade) também é confirmada pela expressão "La Repubblica *riconosce* (...)": também neste caso, as palavras não pode deixar de ser atribuído o seu próprio significado<sup>62</sup>.

E, então, parece que a contribuição que a civilização jurídica ofereceu no que diz respeito ao reconhecimento de um núcleo de direitos fundamentais, universais, invioláveis e inalienáveis não pode então parar abruptamente diante de um fato, em todos os casos arbitrário e moralmente irrelevante<sup>63</sup>, tal como o do nascimento da pessoa em uma geração e não em outra<sup>64</sup>.

Então, certamente, além de fundamentais, invioláveis, universais e assim por diante,

sobre o assunto, é, no entanto, impossível fornecer um quadro bibliográfico exaustivo. Para tal, indica-se N. BOBBIO, *Giusnaturalismo e positivismo giuridico*, Milano, 1965 e FASSÒ, Guido. *La legge della ragione*. Milano, 1999.

<sup>62</sup> Conforme BARBERA, Augusto; FUSARO, Carlo. **Corso di diritto pubblico**. Bologna, 2016. p. 147, segundo o qual o art. 2º, ao "reconhecer" os direitos invioláveis do homem, «evoca concezioni giusnaturalistiche secondo le quali i diritti non sarebbero conferiti dall'ordinamento ma da questo semplicemente riconosciuti in quanto preesistenti a ogni istituzione politica». A opinião segundo a qual as expressões utilizadas no art. 2º da Constituição revelam que uma precisa escolha filosófico-cultural feita pela Constituinte parece ser corroborada pela exata percepção que os Constituintes tinham algumas questões e perspectivas em jogo. Em outras palavras, a escolha pela expressão "reconhece" foi adotada conscientemente para reforçar a teoria da anterioridade dos direitos fundamentais em relação ao mesmo ordenamento jurídico. Exemplos da clareza (e, entre eles, da distância) das questões colocadas na Assembleia foram as intervenções dos Excelentíssimos Condorelli e Benvenuti. A primeira, por ocasião da sessão de 15 de março de 1947, veio a observar: «dove è stata trovata questa distinzione fra diritti essenziali e diritti non essenziali? Forse in qualche trattato di diritto naturale di un secolo e mezzo fa? Ma nella terminologia moderna, che io sappia, non c'è. Che cosa sono questi diritti essenziali? I diritti innati? Ma oggi nessuno, né nella filosofia, né nelle scienze del diritto crede nelle idee innate né tanto meno nei diritti innati. Tutti i diritti in senso tecnico si hanno dallo Stato, si hanno dall'ordinamento. Ci sono diritti che hanno un fondamento naturale, ma non sono diritti innati. Si voleva dire i diritti naturali? Ci siamo ingolfati nelle nebbie del giusnaturalismo che, non so se a ragione o a torto, se per il bene o per il male dell'umanità, non è più di attualità» (*Atti della Assemblea Costituente, Discussioni*, Vol III, Tipografia della Camera dei Deputati, pp. 2165 e ss.). Por outro lado, na sessão do dia 17 de março seguinte, o Exmo Benvenuti declarou: «qual era la sostanza delle vecchie dichiarazioni dei diritti? Era che i diritti fondamentali dell'uomo (libertà della persona, di coscienza, di espressione, di associazione, di partecipazione alla vita politica) venivano proclamati come diritti originari della persona umana, non conferiti dallo Stato, indipendenti dal diritto dello Stato, indipendenti dallo Stato come fonte di diritto. Ecco perché allora furono chiamati diritti naturali. Di tutto questo, onorevoli colleghi, non c'è più traccia nell'articolo 6; il quale garantisce i diritti essenziali degli individui, ma è tutt'altra cosa. Anche le costituzioni elargite dai sovrani del secolo scorso garantivano i diritti, ma non li riconoscevano (...). Premetto che io credo nei diritti di natura: ciò fa parte della mia concezione cristiana e spiritualistica della vita, ma i diritti dell'uomo, come diritti precedenti a qualsiasi diritto codificato in qualsiasi Costituzione, emergono sul piano scientifico, sul piano della scienza del diritto, indipendentemente dalle concezioni del diritto naturale. Il concetto di diritto naturale ha questa caratteristica: basta dare una scorsa al diritto pubblico moderno per rendersene conto. La scienza del diritto pubblico, si può dire (press'a poco), dalla metà del secolo scorso ha dato battaglia contro il diritto naturale. Ma il diritto naturale scacciato dalla porta, è sempre regolarmente rientrato dalla finestra (...). Qui, onorevoli colleghi, abbiamo la restaurazione del diritto naturale sulla forma positiva. Il concetto è evidente: prima dello Stato, indipendente dallo Stato, esiste un diritto acquisito dei cittadini, e della famiglia in particolare, che resiste al diritto dello Stato, di fronte al quale lo Stato non ha libertà di scelta; nel quale, quindi, il diritto dello Stato non può e non deve intervenire; e, ove lo faccia, lo farà in virtù della forza di coazione di cui è munito, ma violando il diritto (...). Riconosciamo che i diritti dell'uomo sono originari e non sono conferiti da questa Costituzione, o riteniamo che i diritti dell'uomo in tanto esistono in quanto esiste un testo positivo che li conferisce? Io non posso dubitare sulla scelta da parte dell'Assemblea a questo riguardo. In sostanza, noi cittadini dell'Italia libera, repubblicana, antifascista, non chiediamo la elargizione di una nuova Costituzione, di un nuovo Statuto, chiediamo che la Repubblica riconosca i nostri diritti come già a noi originariamente spettanti, e come diritti preesistenti allo Stato e non tali da trovare la loro fonte nella sua attività legislativa» (*Atti della Assemblea Costituente, Discussioni*, Vol III, Tipografia della Camera dei Deputati, pp. 2165 e ss.).

<sup>63</sup> Conforme PALOMBELLA, G. Ragioni di giustizia, diritti e generazioni future, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 10, segundo o qual «il discorso razionale non può tenere conto del carattere futuro (futureness) delle generazioni che verranno come una circostanza che escluda le generazioni future dalle nostre preoccupazioni razionali di giustizia. È infatti moralmente insensato che proprio questa circostanza sia moralmente rilevante». Cfr. RAWLS, John. **Una teoria della giustizia**. Milano, 1993. p. 346, «la semplice collocazione temporale o la distanza dal presente non è una ragione per preferire un momento ad un altro».

<sup>64</sup> V. DE SANTIS, Eredità culturale e responsabilità intergenerazionale, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 536 recorda que «il preambolo alla Dichiarazione universale dei diritti umani afferma che "il riconoscimento della dignità inerente a tutti i membri della famiglia umana e dei loro diritti, uguali ed inalienabili, costituisce il fondamento della libertà della giustizia e della pace nel mondo". Il riferimento a tutti i membri della famiglia umana conferisce una dimensione a-temporale ai diritti inalienabili. Il riconoscimento di uguali ed inalienabili diritti conferma l'uguaglianza tra i membri delle varie generazioni nella famiglia umana. Il concetto di famiglia e quello di Nazione agevolano il compito di leggere il rapporto tra le generazioni come un "contratto" - fittizio – ma pur sempre un "patto" che lega l'umanità».



esses direitos não parecem ter negado o caráter de 'intergeracionais'<sup>65</sup>.

Por outro lado, os direitos fundamentais representam evidência empírica co-essencial, em todos os momentos, à natureza de cada indivíduo<sup>66</sup>.

Em particular, e pensando no primeiro e originário núcleo dos direitos fundamentais (a partir do qual parecem brotar as sucessivas "gerações de direitos")<sup>67</sup>, existência em vida e liberdade representam, antes dos "direitos", condições e definições relativas ao *ser* do homem, tanto como pessoa vivente quanto em sua singularidade como sujeito capaz de agir racionalmente<sup>68</sup>. Nessa perspectiva, de fato, não se deve sentir nenhum embaraço grave em defini-los, pelo menos originalmente, como direitos *naturalis*<sup>69</sup>: direitos naturais gradualmente positivados pelos diversos ordenamentos jurídicos<sup>70</sup>.

Além disso, se considerar como a conceituação das gerações futuras na perspectiva dos direitos fundamentais acaba por aliviar a carga teórica que pesa sobre estas e que é representada por sua "não identidade".

Com efeito, a projeção intergeracional dos direitos fundamentais parece ser a única

<sup>65</sup> De acordo com SPADARO, Antonino. L'amore dei lontani: universalità e intergenerazionalità dei diritti fondamentali fra ragionevolezza e globalizzazione, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 94, segundo o qual das características reconhecidas aos direitos fundamentais significaria que os mesmos «non valgano solo per alcuni popoli (sono dunque universali); non possano essere fruiti solo "in parte", perché in questo campo *tout se tient* (sono dunque indivisibili); non possano essere goduti realmente – a ben vedere – se non sono fruiti insieme e da tutti (sono dunque interdipendenti) e, infine, non appartengano solo alla attuale generazione dei viventi (sono dunque intergenerazionali)». Sulla «istanza intergenerazionale come sintesi dei diritti inviolabili e dei doveri inderogabili», conforme D'ALOIA, Antonio. **Generazioni future (diritto costituzionale)**. in Enc. Dir., Annali IX. Milano, 2016. p. 374.

<sup>66</sup> Conforme PALOMBELLA, G. Ragioni di giustizia, diritti e generazioni future. in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 13, segundo o qual «la questione diviene invece semplicemente se esseri umani, non diversamente da noi, abbiano diritto alle elementari condizioni di sopravvivenza e di dignità, le stesse che sembrano duramente compromesse dalle nostre più voluttuarie scelte. Se tali diritti si diano, se individui futuri abbiano o no diritti connessi alla loro essenziale umanità su questo pianeta, se siano inviolabili, e se noi siamo in grado di violare i diritti umani di individui futuri, questa è dunque la questione; oppure se, al contrario, possiamo solo ipotizzare alcuni più o meno generali doveri dei viventi (...)». E, ainda, com relação às principais ameaças que colocam em perigo a inteira humanidade, onde o Autor sublinha que «non dovrebbe esserci dubbio che gli interessi di individui futuri siano identificabili in linea di principio, perché la loro natura essenziale precede l'esercizio della facoltà di scelta». Conforme MEZZETTI, Luca (a cura di). **Diritti e doveri**. Torino, 2013. p. 4, «nelle sue concezioni moderne post-tomiste, sia di ispirazione cristiana (...) sia di ispirazione progressivamente laica (...) viene affermata l'esistenza di regole intertemporali e comuni al genere umano, che si confondono progressivamente con una sorta di morale valevole per tutti in tutti i tempi, interiorizzata secondo quanto affermato da Kant, regole funzionali alla configurazione dei diritti individuali e del rispetto dovuto ai medesimi».

<sup>67</sup> Além disso, «non pare dubbio che le varie tradizioni si stiano avvicinando e stiano formando insieme un unico grande disegno di difesa dell'uomo che comprende i tre sommi beni della vita, della libertà e della sicurezza sociale», così BOBBIO, Norberto. **L'età dei diritti**. Torino, 1997. p. 262.

<sup>68</sup> Na tradição especulativa introduzida por Kant, seria tarefa do agir racional (e justo) justamente alcançar a liberdade de um tornando-a compatível com a liberdade do outro KANT, Immanuel. **Primi principi metafisici della dottrina del diritto**. Roma-Bari, 2005. p. 53 e ss.

<sup>69</sup> No caso da Constituição italiana, destaca-se que o verbo "reconhecer" feito pelo art. 2º dispunha sobre a anterioridade dos direitos invioláveis em relação à mesma organização constitucional do poder público, pois desde a época da Constituinte surgiram visões e interpretações não homogêneas (conforme ROSSI, E. Art. 2. in BIFULCO, Raffele. CELOTTO, Alfonso. OLIVETTI, Marco (a cura di). **La Costituzione italiana. Principi fondamentali. Diritti e doveri dei cittadini**. Commento agli artt. 1-54. Torino, 2006. p. 43). Em particular, como observado por PIZZOLATO, Filippo. **Finalismo dello Stato e sistema dei diritti nella Costituzione italiana**. Milano, 1999, p. 121, a norma pareceria influenciada pelo compromisso alcançado entre as posições «dei costituenti democratico-cristiani, guidati dal giusnaturalismo tomistico dei dossettiani, e quelle dei partiti marxisti, caratterizzate da una concezione storicistica dei diritti».

<sup>70</sup> Sobre a recorrente ideia do constitucionalismo como processo de posituação dos direitos naturais, conforme observado por FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione. Teoria del garantismo penale**. Roma-Bari, 1989. p. 350, segundo o qual «dalla Dichiarazione dei diritti dell'89 in poi, tutte le carte costituzionali – dalla Costituzione italiana a quella degli altri paesi europei, da quella degli Stati Uniti a quella dell'Unione Sovietica e degli altri paesi socialisti, fino alle costituzioni dei paesi del terzo mondo – hanno infatti incorporato gran parte dei principi di giustizia tradizionalmente espressi dalle dottrine del diritto naturale». L. MEZZETTI, Luca (a cura di). **Diritti e doveri**. Torino, 2013. p. 10, recorda que «convenzionalmente l'evento che segna l'inizio della prima fase della storia dei diritti dell'uomo, sotto il profilo della loro positività, viene individuato nella Magna Charta del 1215». Todavía, o Autor (cfr. pp. 16 e ss.) submete essa hipótese convencional a uma revisão crítica ampla e persuasiva.

capaz de resolver grande parte das contradições decorrentes da não identidade das gerações futuras, uma vez que está ligada a uma concepção tendencialmente abstrata do homem e que, como tal, independe de as condições contextuais em que ele desempenha sua personalidade<sup>71</sup>.

As gerações futuras podem não querer mais os estilos de vida de hoje. Isso é claro.

Mas, certamente, elas não chegarão nem ao ponto de querer se privar de sua própria existência ou, renunciar à sua própria dignidade, renunciar às liberdades individuais mais elementares.

É, pois, nesta perspectiva, chegando a algumas conclusões rápidas, que parece possível – sob a perspectiva sistemática, sob aquela da história jurídica, e também da ontologia do ser humano - atribuir um sentido coerente a esse "interesse das gerações futuras» agora enunciado pelo art. 9º da Constituição italiana.

Para ir mais longe, imaginando, pelo contrário, uma simetria estreita e rigorosa entre todos e quaisquer interesses e posições jurídicas como um todo alardeados pelas gerações presentes e os supostos pelas gerações futuras - talvez hipotetizando operações de equilíbrio surreais (que iriam, isto é, muito além da realidade sensível...) <sup>72</sup>- introduziria graves contradições no desenrolar coerente do fenômeno jurídico e expiraria na leitura de uma ordem normativa tendente à completa ossificação e cristalização das reivindicações que estão na base de cada norma<sup>73</sup>.

Tudo isto, para não falar que a ambição de projetar num futuro indefinido modelos sociais e estilos de vida individuais de uma determinada época, corre o risco de se traduzir, bem como na sacralização e mitificação dos mesmos, numa forma de paternalismo ético dramaticamente opressivo em detrimento daquelas gerações futuras que, pelo contrário, se teria em mente de preservar<sup>74</sup>.

<sup>71</sup> Conforme PALOMBELLA, G. Ragioni di giustizia, diritti e generazioni future, , in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 27 e 28, «coniugare il nostro rapporto con le generazioni future in termini di diritti umani significa sottrarre le questioni di giustizia che vi sorgono al prevalere di altri principi, alle contingenze delle scelte di valore, al volubile ed incoercibile amore, e ai poteri delle maggioranze politiche. (...) Se consideriamo le generazioni future come titolari di diritti, i nostri doveri verso di esse non sono astrattamente minori né maggiori di quelli che abbiamo verso i nostri contemporanei. Si comprende che il riferimento rilevante riguarda qui esclusivamente i diritti umani, e non altre categorie concettuali e storiche che gli ordinamenti riferiscono ai soggetti viventi, e naturalmente non predica l'anteposizione dei diritti umani delle generazioni future a quelli delle generazioni presenti. Piuttosto pone l'umanità come un problema indivisibile, in cui il passato e il futuro incidono sulle priorità e le forme di intervento, non però sull'*an* delle nostre responsabilità quando si tratta di minacce fondamentali per l'umanità». AINDA, MEZZETTI, Luca (a cura di). **Diritti e doveri**. Torino, 2013. p. 4, observa que «la filosofia nominalistica attribuisce un rilievo peculiare all'idea di soggetto e tende a configurare l'individuo in maniera singola, considerandolo in sé e per sé, indipendentemente da qualsiasi riferimento ad uno statuto o all'appartenenza ad un gruppo. Tale idea, che troverà un momento di radicamento filosofico approfondito nel pensiero di Immanuel Kant e rimane tuttora fondamentale, declina un profondo mutamento nel pensiero filosofico e giuridico».

<sup>72</sup> Conforme LUCIANI, Massimo. Generazioni future, spesa pubblica e vincoli costituzionali, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 426, «il raffronto che viene proposto dalla teoria qui in esame è tra ciò che è generato (la generazione presente) e ciò che è generabile (le generazioni future), ma proprio la diversità tra generato e generabile rende impossibile la proposizione di quel raffronto nella forma del bilanciamento in senso proprio. Bilanciare, invero, si può solo a condizione che i termini del bilanciamento siano omogenei: così come non si bilancia, ad esempio, tra beni costituzionali e beni sub-costituzionali (sicché l'ordine dei loro rapporti è determinabile, semmai, secondo i principi di proporzionalità e non eccessività), così non si può bilanciare tra interessi di un soggetto in atto e interessi di soggetti in potenza, non foss'altro perché la potenza potrebbe anche non trasformarsi mai in atto».

<sup>73</sup> Como já foi possível constatar (PORENA, Daniele. **Il principio di sostenibilità**. Contributo allo studio di un programma costituzionale di solidarietà intergenerazionale. Torino, 2017.), a ideia de uma prática legislativa inextricável e rigidamente ligada à igualdade intergeracional implica o paradoxo ligado à cristalização da ordem jurídica, prefigurando, em última análise, uma espécie de epílogo.

<sup>74</sup> «Nessuno mi può costringere ad essere felice a suo modo (come cioè egli si immagina il benessere degli altri uomini), ma ognuno può ricercare la sua felicità per la via che a lui sembra buona, purché non rechi pregiudizio alla libertà degli altri di tendere allo stesso

A responsabilidade de cada geração para com a outra, para além da garantia dos direitos fundamentais, não parece poder ir além do compromisso de que à próxima geração serão garantidas *oportunidades* de vida não inferiores às usufruídas pela anterior<sup>75</sup>. Caberá então a cada geração decidir se, e como aproveitar as oportunidades deixadas em aberto por aqueles que a precederam.

Aqui, então, está outra possível "regra de ouro" das relações intergeracionais: não a paridade de direitos (com exceção, como mencionado, dos direitos fundamentais), mas uma igualdade nas *oportunidades* de cultivar e realizar o próprio *ideal de direito*.

Vale notar, no entanto, como a hipótese proposta - ou seja, aquela que visava situar a relação entre as diferentes gerações no terreno dos direitos fundamentais e das *oportunidades* de vida, delineando, nesse perímetro, uma relação equânime, constitucionalmente relevante e, conseqüentemente, "equilibrada" parece ter sido recentemente endossado também pelo *Bundesverfassungsgericht* com a conhecida sentença que, em aplicação do parâmetro identificado pelo art. 20a GG, foi pronunciada em relação à Lei Federal sobre a Proteção Climática (*Bundes Klimaschutzgesetz* - KSG de 12 de dezembro de 2019)<sup>76</sup>. Na ampla e detalhada motivação dada por ocasião do referido acórdão, o Tribunal de Karlsruhe destacou a necessidade de equilibrar a posição das gerações atuais com as liberdades e direitos fundamentais das gerações futuras<sup>77</sup>: em particular, o regime excessivamente permissivo sobre os limites de emissão de CO<sub>2</sub>, permitido pelo legislador alemão até 2030, teria traduzido - argumentou o Tribunal Constitucional alemão, tendo também em conta os compromissos internacionais assumidos pelo Estado sobre a matéria - numa redução excessiva da possibilidade de emissões em épocas posteriores. Novamente - observou o *Bundesverfassungsgericht* - o art. 20a GG impõe a necessidade de proteger os direitos fundamentais *ao longo do tempo* e distribuir as *oportunidades* de liberdade, entre as diferentes gerações, de forma proporcional. Nesse quadro, os direitos fundamentais identificam uma garantia intertemporal das liberdades, evitando assim um "deslocamento unilateral" dos ônus de uma geração para outra<sup>78</sup>. Em outra das passagens salientes da decisão, o Tribunal de Karlsruhe destacou então como, devido ao princípio da proporcionalidade, não se pode permitir que uma geração consuma grande parte dos recursos disponíveis, suportando um peso relativamente leve, descarregando nas subsequentes um fardo mais grave e expondo-os a uma grave *perda de liberdade*<sup>79</sup>.

---

scopo, in guisa che la sua libertà possa coesistere con la libertà di ogni altro secondo una possibile legge universale (cioè non leda questo diritto degli altri)» KANT, Immanuel. **Scritti politici e di filosofia della storia e del diritto**. Torino, 1995, p. 255.

<sup>75</sup> Conforme NICOTRA, Ida Angela. L'ingresso dell'ambiente in Costituzione, un segnale importante dopo il Covid. **Federalismi.it**, n. 16, p. 2-5, 2021, secondo cui «la giustizia sociale tra generazioni impone, infatti, che una generazione organizzi i propri affari in modo da astenersi dal porre i componenti delle progenie a venire in condizioni peggiori di quelle presenti».

<sup>76</sup> BVerfG, Beschluss des Ersten Senats vom 24 März 2021, acessível em [www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/DE/2021/03/rs20210324\\_1bvr265618.html](http://www.bundesverfassungsgericht.de/SharedDocs/Entscheidungen/DE/2021/03/rs20210324_1bvr265618.html).

<sup>77</sup> Conforme compartilhado por BARTOLUCCI, Luca. Il più recente cammino delle generazioni future nel diritto costituzionale. **Osservatorio AIC**. n. 4, 2021. p. 223, «sono i diritti fondamentali ad essere violati dal fatto che le quantità di emissioni consentite fino al 2030 restringono le restanti opzioni per la riduzione delle emissioni dopo il 2030, quindi mettendo a repentaglio ogni tipo di libertà tutelata dai diritti fondamentali. In quanto garanzie intertemporali di libertà, i diritti fondamentali offrono ai ricorrenti protezione contro le minacce globali alla libertà causate dagli oneri di riduzione dei gas a effetto serra obbligatori ai sensi dell'art. 20a GG, che non possono essere scaricate unilateralmente nel futuro».

<sup>78</sup> «Das Grundgesetz verpflichtet unter bestimmten Voraussetzungen zur Sicherung grundrechtsgeschützter Freiheit über die Zeit und zur verhältnismäßigen Verteilung von Freiheitschancen über die Generationen. Als intertemporale Freiheitssicherung schützen die Grundrechte die Beschwerdeführenden hier vor einer einseitigen Verlagerung der durch Art. 20a GG aufgegebenen Treibhausgaserminderungslast in die Zukunft», così BVerfG, Beschluss des Ersten Senats vom 24 März 2021, punto 183.

<sup>79</sup> «Aus dem Gebot der Verhältnismäßigkeit folgt, dass nicht einer Generation zugestanden werden darf, unter vergleichsweise milder Reduktionslast große Teile des CO<sub>2</sub>-Budgets zu verbrauchen, wenn damit zugleich den nachfolgenden Generationen eine - von den



Pois bem, ainda mais no nosso caso, num contexto constitucional ainda mais marcado por aquele 'interesse' das gerações futuras agora enunciado pelo art. 9º da Constituição italiana, parece dever ser prospectado um caminho argumentativo não muito distante daquele empreendido pelo Tribunal de Karlsruhe a partir do art. 20a GG.

Em particular, e conclusivamente, é na perspectiva das oportunidades, bem como das posições jurídicas fundamentais e das necessidades essenciais - e não em outras perspectivas, que seriam escorregadias, irrealistas e inatingíveis - que uma relação igualitária de tipo intergeracional poderia se mostrar como uma hipótese mais credível<sup>80</sup>: uma relação em torno da qual se equilibre as respectivas necessidades.

E talvez, mesmo sob esta ótica, também seja verdade que o novo art. 9º da Constituição italiana nada mais fez do que explicitar caminhos, ideias e perspectivas que já, em grande parte, poderiam ser considerados patrimônio adquirido de nossa história constitucional<sup>81</sup>.

### REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ARCONZO, Giuseppe. La sostenibilità delle prestazioni previdenziali e la prospettiva della solidarietà intergenerazionale. Al crocevia tra gli art. 38, 81 e 97 Cost. **Osservatorio AIC**, n. 3. p. 627, 2018.

BALDASSARRE, Antonio. **Il costituzionalismo e lo Stato costituzionale**. Una teoria alternativa al positivismo giuridico e al giusnaturalismo. Modena, 2020;

BARBERA, Augusto; FUSARO, Carlo. **Corso di diritto pubblico**. Bologna, 2016.

BARILE, Paolo. Potere costituente. Torino: **Noviss. Dig. It.**, vol. XIII, p. 443, 1966.

BARTOLUCCI, Luca. **La sostenibilità del debito pubblico in Costituzione**. Procedure euro-nazionali di bilancio e responsabilità verso le generazioni future. Padova, 2020.

BARTOLUCCI, Luca. Il più recente cammino delle generazioni future nel diritto costituzionale. **Osservatorio AIC**. n. 4, p. 223, 2021.

BETTINELLI, Ernesto. Referendum e riforma «organica» della Costituzione. in RIPEPE, Eugenio; ROMBOLI, Roberto (a cura di). **Cambiare costituzione o modificare la Costituzione**. Torino, p. 40, 1995.

BIFULCO, Roberto. **Diritto e generazioni future**. Problemi giuridici della responsabilità intergenerazionale. Milano, 2008.

BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio. Le generazioni future come nuovo paradigma del diritto costituzionale, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**.

---

Beschwerdeführenden als „Vollbremsung“ bezeichnete – radikale Reduktionslast überlassen und deren Leben schwerwiegenden Freiheitseinbußen ausgesetzt würde», così BVerfG, Beschluss des Ersten Senats vom 24 März 2021, punto 192.

<sup>80</sup> Conforme A SPADARO, Antonino. L'amore dei lontani: universalità e intergenerazionalità dei diritti fondamentali fra ragionevolezza e globalizzazione, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008. p. 94, «oggi, la Corte – che peraltro manipola abbondantemente pure gli effetti temporali delle proprie sentenze e talvolta entrambi (effetti temporali e spaziali) in ardite tecniche combinatorie – si trova di fronte alla possibilità/necessità di applicare il canone di ragionevolezza sotto la singolare forma di un giudizio ternario nel tempo».

<sup>81</sup> Nesse sentido A. D'ALOIA, Antonio. **Generazioni future (diritto costituzionale)**. in Enc. Dir., Annali IX. Milano, 2016. p. 357 o qual, no contexto de uma análise ampla e muito persuasiva dos perfis intergeracionais de algumas das principais categorias constitucionais, sublinha o papel da solidariedade nesta perspectiva «come motivazione della responsabilità (e del dovere di considerazione e di rispetto) verso chi non esiste ancora. Questa forse è la parte più promettente del messaggio costituzionale di impegno nei confronti delle generazioni future. (...) Il valore della solidarietà (...) si pone in antitesi tanto all'individualismo quanto al presentismo, entrambi estranei alla visione e ai significati del personalismo costituzionale».

- Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008.
- BIFULCO, Roberto. **Futuro e Costituzione**. Premesse per uno studio sulla responsabilità verso le generazioni future. Studi in onore di Gianni Ferrara. Torino, 2005.
- BOBBIO, Norberto. **Giusnaturalismo e positivismo giuridico**. Milano, 1965.
- BOBBIO, Norberto. **L'età dei diritti**. Torino, 1997.
- BOBBIO, Norberto. **Il giusnaturalismo moderno**. Torino, 2009.
- BROWN WEISS, Edith. **In fairness to Future Generations: International Law Common Patrimony, and Intergenerational Equality**. NY: Dobbs Ferry, 1989.
- CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. Interessi diffusi e collettivi. **Dir. soc.** p. 187, 1982.
- CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. Dieci mosse per il governo dell'Ambiente. in **Riv. Giur. Ambiente**. p. 414. 1996.
- CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. **Audizione sulla riforma dell'art. 9** della Costituzione, 9 dicembre 2003, ora in [Federalismi.it](http://Federalismi.it).
- CARAVITA DI TORITTO, Beniamino. **Diritto dell'ambiente**. Bologna, 2005.
- CARAVITA DI TORITTO, Beniamino; CASSETTI, Luisa; MORRONE, Andrea. (a cura di), **Diritto dell'ambiente**. Bologna, 2016.
- CASTAÑO, Sergio Raúl. **Il potere costituente tra mito e realtà**. Milano, 2019.
- D'ALOIA, Antonio. **Generazioni future (diritto costituzionale)**. in Enc. Dir., Annali IX. Milano, 2016.
- FERRARA, Antonio. La materia ambiente nel testo di riforma del titolo V. Milano, **I problemi del federalismo**, n. 5, p. 185-192, 2001.
- GIURICKOVIC DATO, Anna. Il bilanciamento tra principi costituzionali e la nuova dialettica tra interessi alla luce della riforma Madia. Riflessioni in margine al 'caso Ilva'. **Federalismi.it**, n. 12, p. 1-28, 2019.
- MACINTYRE, Alasdair. **After Virtue**. Notre Dame, 1981.
- MORRONE, Andrea. Sovranità. **Rivista Aic**, n. 3, p. 1-108, 2017.
- NAES, Arne. The Shallow And The Deep, Long-Range Ecology Movements: A Summary, Oslo, n. 16, p. 95-100, 1973.
- PACE, Alessandro. **Potere costituente, rigidità costituzionale e autovincoli legislativi**. Padova, 2002.
- MORTATI, Constantino. **La teoria del potere costituente**. Macerata, 2020.
- ROSSANO, Claudio. **Manuale di diritto pubblico**. Napoli, 2012.
- PARFIT, Derek. **Reasons and Persons**. Oxford, 1984.
- PORENA, Daniele. Criticità e prospettive di futura (in)sostenibilità del sistema sanitario nazionale. **Federalismi.it, Osservatorio di diritto sanitario**. n. 22, p. 02-27, 2015.
- PORENA, Daniele. **Il principio di sostenibilità**. Contributo allo studio di un programma costituzionale di solidarietà intergenerazionale. Torino, 2017.
- PORENA, Daniele. **La protezione dell'Ambiente tra Costituzione italiana e «Costituzione globale»**. Torino, 2009.

PORENA, Daniele. Sull'opportunità di un'espressa costituzionalizzazione dell'Ambiente e dei principi che ne guidano la protezione. Osservazioni intorno alle proposte di modifica dell'articolo 9 della Carta presentate nel corso della XVIII legislatura. **Federalismi.it**, n. 14, p. 01-22, 2020.

ROSSI, E. Art. 2. in BIFULCO, Raffele. CELOTTO, Alfonso. OLIVETTI, Marco (a cura di). **La Costituzione italiana. Principi fondamentali. Diritti e doveri dei cittadini**. Commento agli artt. 1-54. Torino, 2006.

DE LEONARDIS, Francesco. La riforma "bilancio" dell'art. 9 Cost. e la riforma "programma" dell'art. 41 Cost. nella legge costituzionale n. 1/2022: suggestioni a prima lettura. **ApertaContrada.it**. 2022.

LANCHESTER, Fulco. (a cura di). **Costantino Mortati**. Potere costituente e limiti alla revisione costituzionale. Padova, 2017.

PIZZOLATO, Filippo. **Finalismo dello Stato e sistema dei diritti nella Costituzione italiana**. Milano, 1999.

RESCIGNO, Francesca. Quale riforma per l'articolo 9. **Federalismi.it**, n. 16, p. 2-5, 2021.

PLINIO, Giampiero Di. L'insostenibile evanescenza della costituzionalizzazione dell'ambiente. **Federalismi.it**, n. 16, p. 2-8, 2021.

FASSÒ, Guido. **La legge della ragione**. Milano, 1999.

FASSÒ, Guido. **Storia della filosofia del diritto, I. Antichità e medioevo**. Roma-Bari, 2001.

G. PALOMBELLA, Ragioni di giustizia, diritti e generazioni future, , in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008.

SANTINI, Giulio. Costituzione e ambiente: la riforma degli artt. 9 e 41 Cost.. **Forum di Quaderni Costituzionali**, n. 2, p. 468-587, 2021.

JONAS, Hans. **Il principio di responsabilità**. Un'etica per la società tecnologica. Torino, 2002.

NICOTRA, Ida Angela. L'ingresso dell'ambiente in Costituzione, un segnale importante dopo il Covid. **Federalismi.it**, n. 16, p. 2-5, 2021.

KANT, Immanuel. **Primi principi metafisici della dottrina del diritto**. Roma-Bari, 2005.

KANT, Immanuel. **Scritti politici e di filosofia della storia e del diritto**. Torino, 1995.

RAWLS, John. **Una teoria della giustizia**. Milano, 1993.

CASSETTI, Luisa. Salute e ambiente come limiti "prioritari" alla libertà di iniziativa economica? **Federalismi.it**, n. 16, 2021.

CASSETTI, Luisa. Riformare l'art. 41 della Costituzione: alla ricerca di "nuovi" equilibri tra iniziativa economica privata e ambiente? **Federalismi.it** n. 4, 2022.

FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione**. Teoria del garantismo penale. Roma-Bari, 1989.

MEZZETTI, Luca (a cura di). **Diritti e doveri**. Torino, 2013.

CECCHETTI, Marcello. La revisione degli artt. 9 e 41 della Costituzione e il valore costituzionale dell'ambiente: tra rischi scongiurati, qualche virtuosità (anche) innovativa e molte lacune. **Forum Quad.cost.li**, n. 3, 2021, p 285-314.

CECCHETTI, Marcello. Osservazioni e ipotesi per un intervento di revisione dell'art. 9 della Costituzione avente ad oggetto l'introduzione di una disciplina essenziale della tutela



dell'ambiente tra i principi fondamentali dell'ordinamento costituzionale. **Diritto Pubblico Europeo - Rassegna online**, v. 13, n. 1, 23 fev. 2020.

D'AMICO, Marilisa. Commissione Affari Costituzionali, Senato della Repubblica Audizione sui Disegni di legge costituzionale nn. 83 e connessi (14 novembre 2019). **Osservatorio Costituzionale**, n. 6, p. 94-109, 2019.

DOGLIANI, Mario; BIN, Roberto; MARTINEZ DALMAU, Rúben. **Il potere costituente**. Napoli, 2017.

DOGLIANI, Mario. Costituente (potere). **Dig. Disc. Pubbl.**, IV, Torino, 2000.

FRANCAVIGLIA, Michele. Le ricadute costituzionali del principio di sostenibilità a dieci anni dal Trattato di Lisbona. Spunti ricostruttivi alla luce della giurisprudenza europea e costituzionale. **Federalismi.it**, n. 19, p. 53-71, 2020.

LUCIANI, Massimo. Generazioni future, spesa pubblica e vincoli costituzionali, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008.

PIAZZA, Marcello. **Libertà, potere, costituzione**. Saggi su rivoluzione, potere costituente e rigidità costituzionale. Roma, 2012.

KIRCHHEIMER, Otto. **Costituzione senza sovrano**. Saggi di teoria politica e costituzionale. Bari, 1982.

GRASSO, Pietro Giuseppe. **Il potere costituente**. Torino, 2006.

GRASSO, Pietro Giuseppe. Potere costituente. in **Enc. Dir.**, XXXIV, Milano, p. 642, 1985.

HÄBERLE, Peter. **Cultura dei diritti e diritti della cultura nello spazio costituzionale europeo**. Milano, 2003.

CRUZ, Paulo Marcio; BODNAR, Zenildo. **Globalização, Transnacionalidade e sustentabilidade**. Itajai: Univali, 2012.

CRUZ, Paulo Marcio; BODNAR, Zenildo. O novo paradigma do direito na pós-modernidade. **RECHTD. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, v. 3, p. 75-83, 2011.

MADDALENA, Paolo. **Audizione 24 ottobre 2019**, reperibile in [www.senato.it](http://www.senato.it).

MADDALENA, Paolo. L'ambiente: riflessioni introduttive per una sua tutela giuridica. **Ambiente&sviluppo**, n. 6, p. 478, 2007.

MANTINI, P. Per una nozione costituzionalmente rilevante di ambiente. **Riv. giur. amb.** N. 2, p. 215, 2006.

POMBENI, Paolo. **Potere costituente e riforme costituzionali**. Bologna, 1992.

R. FERRARA, Interessi collettivi e diffusi. Torino: **Dig. Disc. Pubbl.**, n. 8, 2001.

ROSS, Alf. **Diritto e giustizia**. Torino, 2001.

CECCHETTI, Marcello. La disciplina giuridica della tutela ambientale come «diritto dell'ambiente», **Federalismi.it**, n. 25, 2006.

COTTA, Sergio. **Giusnaturalismo**. Enc. Dir., XIX, Milano, 1970.

GRASSI, Stefano. Ambiente e Costituzione. **Riv. Quad. Dir. Ambiente**, n. 3, p. 29, 2017.

S. J. ROWE, Ecocentrism: the Chord that harmonizes Humas and Earth. **The Trumpeter**, n. 11, p. 1-4, 1994.

FROSINI, Tommaso. E. La Costituzione in senso ambientale. Una critica. **Federalismi.it**, n. 16, 2021.

GROPPI, Tania. Sostenibilità e costituzioni: lo Stato costituzionale alla prova del futuro. **Diritto pubblico comparato ed europeo**, n. 1, 2016.

DE SANTIS, Valeria. Eredità culturale e responsabilità intergenerazionale, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008.

GUERRA, Ylenia; MAZZA, Riccardo. La proposta di modifica degli articoli 9 e 41 Cost.: una prima lettura. **Forum di Quaderni Costituzionali**, n. 4, p. 109-144, 2021.

SPADARO, Antonino. L'amore dei lontani: universalità e intergenerazionalità dei diritti fondamentali fra ragionevolezza e globalizzazione, in BIFULCO, Roberto; D'ALOIA, Antonio (a cura di). **Un diritto per il futuro**. Teorie e modelli dello sviluppo sostenibile e della responsabilità intergenerazionale. Napoli, 2008.

TALLACCHINI, Mariachiara (a cura di). **Etiche della terra**. Antologia di filosofia dell'ambiente. Milano, 1998.

WALZER, Michael. **Spheres of Justice**. A Defense of Pluralism and Equality. Blackwell edition, 1983.